

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

JOÃO PAULO PONTES E SILVA

“SE PÁ, NÃO ERA!”

**RELAÇÕES GERACIONAIS E ADULTOCENTRISMO
NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE**

**PORTO ALEGRE
2010**

JOÃO PAULO PONTES E SILVA

“SE PÁ, NÃO ERA!”

**RELAÇÕES GERACIONAIS E ADULTOCENTRISMO
NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi

PORTO ALEGRE
2010

JOÃO PAULO PONTES E SILVA

“SE PÁ, NÃO ERA!”
RELAÇÕES GERACIONAIS E ADULTOCENTRISMO
NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi
(Orientador)

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda
(Membro)

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano
(Membro)

AGRADECIMENTOS

Ao povo brasileiro, por ter garantido as condições para que eu estudasse em uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

Agradeço profundamente às cidadãs e aos cidadãos atuantes no Orçamento Participativo de Porto Alegre, dedicando parte de suas vidas aos interesses coletivos.

Ao Professor Luciano Fedozzi, pela orientação qualificada, dedicada e compreensiva, e pela referência na possibilidade de engajamento também através da ciência.

A três mulheres extremamente importantes na minha trajetória: minha mãe, por seu exemplo de honestidade, força e coragem; minha mana, pelo exemplo de convicção, coerência, inteligência e dedicação aos estudos, – e pela força no abstract!; e minha vó, pela dedicação e paciência – e por ter sido a primeira pessoa de esquerda na família!

Às memórias do meu pai e do meu avô

À Roberta (Betitza!), por me possibilitar ver a vida também em suas cores, pelo amor e pela contribuição em inúmeras dimensões do processo cansativo de produção da pesquisa.

Ao amigo e companheiro Leonardo, pelos anos de militância, reflexões, cumplicidade e sonhos compartilhados, sendo pra mim um exemplo de coerência e ética.

Aos inúmeros e às inúmeras amigas e amigos, mas, em especial, ao Fabiano, à Meri e à Sabrina.

Aos companheiros e às companheiras do Grupo Atitude! Protagonismo Juvenil, da Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e do nuances – grupo pela livre expressão sexual.

Aos e às atuais e ex-colegas de trabalho, como a turma da cultura de Porto Alegre e São Leopoldo, e a turma da segurança de Canoas (em especial, à Gabi e ao Edu, pelo apoio no trabalho). “Paz sem voz não é paz, é medo!”

Às e aos colegas de Universidade.

Aos professores e às professoras, funcionários e funcionárias, à Clê (pelas referências bibliográficas) e ao Edson (pela forcinha extra).

Enfim, fiz no atropelo os agradecimentos, então tenho certeza que falta muita gente.

De qualquer forma, valeuzão mesmo!

Frequentemente os pais abusam ainda mais do seu saber do que de seu poder. A onisciência dos pais, logo seguida em todos os níveis de instrução pela onisciência dos professores, instala um dogmatismo que é a negação da cultura. Quando atacado pelas loucas esperanças da juventude, torna-se profético. Pretende se apoiar sobre uma experiência de vida para prever a experiência da vida. Ora, as condições do progresso são doravante tão móveis que a experiência da vida passada – se é que uma sabedoria pode resumi-la – é quase fatalmente um obstáculo a ultrapassar, desde que se queira dirigir a vida presente.

Gaston Bachelard

RESUMO

Com o processo de redemocratização das instituições políticas brasileiras, ampliaram-se iniciativas visando à participação da sociedade civil em decisões públicas. Neste contexto, o Orçamento Participativo (doravante OP) de Porto Alegre formalmente possibilita a participação cidadã no planejamento dos recursos públicos da cidade. Contraditoriamente, observam-se baixos índices de participantes em idades até 25 anos, índices agravados nas instâncias de maior representatividade e poder de decisão – observação que reforça crescentes análises acerca do desinteresse da maioria de pessoas tidas como jovens em instituições democráticas, em detrimento de formas não tradicionais e institucionalizadas de exercício da cidadania. Porém, muitas destas análises reproduzem concepções substancialistas, essencialistas e naturalizadas ao definir juventude como período de transição entre infância e vida adulta. Paradoxalmente, sustenta-se aqui um deslocamento epistemológico, considerando-se o objeto como socialmente construído, estruturalmente situado na dimensão das relações geracionais – relações forjadas em exercícios de poder e dominação, distintas nos variados contextos. Portanto, o tema de pesquisa consiste nas relações geracionais no contexto das inovações participativas institucionalizadas, tendo como objeto empírico as relações de poder entre as gerações no OP de Porto Alegre. O objetivo é identificar os tipos de relações estabelecidas entre as gerações que compartilham o espaço comum formado pelo OP. A análise dos dados produzidos indica a validade da hipótese: as relações de poder entre as gerações são marcadas pelo adultocentrismo, objetivado e legitimado através de percepções evolucionistas acerca do curso da vida e de juventude como período de preparação para a vida adulta – compreendida como de plenas condições para exercício responsável da cidadania. É também manifestado em modelos hegemônicos de atuação, notadamente contrários às linguagens associadas às pessoas entendidas e que se entendem como jovens. A gerontocracia é favorecida no desenho institucional, procedimentos e regras vigentes no OP, obstaculizando o aprofundamento da democracia e efetivação deste como modelo de democracia deliberativa. Portanto, o adultocentrismo orienta estratégias privilegiadas para a ascensão política de participantes de gerações notadamente identificados com o mundo adulto e à velhice, bem como, é fator significativo para que seja negada, obstruída e/ou desestimulada a participação de gerações identificadas como de jovens no processo como um todo e em instâncias com maior poder de decisão.

Palavras-chave: Relações geracionais. Adultocentrismo. Juventude. Participação social. Orçamento Participativo.

ABSTRACT

With the process of democratization of Brazilian political institutions, more and more initiatives were aimed at civil society participation in public decisions. In this context, the Participatory Budget (henceforth PB) from Porto Alegre formally allows for citizen participation in planning the city's public resources. Surprisingly, there are low levels of participants aged under 25, indices that are aggravated in the instances of greater representation and power of decision; this observation reinforces the analysis about the growing indifference of the majority of young people in democratic institutions, in detriment of non-traditional and institutionalized forms of active citizenship. However, many of these analyses reproduce substantial conceptions, which are essentialist and naturalized in defining youth as a transitional period between childhood and adulthood. Paradoxically, it is argued here an epistemological shift, considering the object as socially constructed, structurally located in the dimension of generational relationships - relationships forged in exercises of power and domination, in various different contexts. Therefore, the research theme is generational relationships in the context of institutionalized participatory innovations, with the empirical object relations of power between the generations in Porto Alegre's PB. The goal of this paper is to identify the types of relations established between the generations sharing the common space formed by the PB. Analysis of data produced for this study indicates the validity of the hypothesis: the power relations between generations are marked by adultcentrism, which is objectified and legitimated by perceptions about the evolutionary course of life, and of youth as a period of preparation for adult life - understood as fully able to exercise responsible citizenship. It is also manifested in hegemonic models of performance, notably contrary to the language associated with people who perceive themselves and are perceived by others as young people. Gerontocracy is favored in PB's institutional design, rules, and procedures, hindering the deepening of democracy and its effectiveness as a model of deliberative democracy. Therefore, adultcentrism orients strategies that privilege the political rise of participants of generations that are identified mainly with the adult world and the elderly; it is also a significant factor to deny, block and/or discourage the participation of generations of people who identify themselves as young at the process as a whole and in instances with greater decision-making power.

Keywords: Generational Relations. Adultcentrism. Youth. Social participation. Participatory Budget.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Participação segundo Faixa Etária (em 2005) (%).....	13
TABELA 2 – Instâncias do OP e número de casos da amostra.....	20
TABELA 3 – Participantes por instância de participação por faixas etárias (%).....	31
TABELA 4 – Participantes por crença de que suas opiniões estão ficando melhores com o passar dos anos (%).....	37
TABELA 5 – Participantes por crença de que quanto mais velhas as pessoas ficam, mais qualificadas se tornam para influenciar na sociedade (%).....	38
TABELA 6 – Participantes por justificação dos motivos pelos quais as pessoas idosas devem ser respeitadas (%).....	39
TABELA 7 – Participantes por opinião sobre o que é ser jovem (%).....	40
TABELA 8 – Participantes por motivos pelos quais jovens cometem erros (%).....	41
TABELA 9 – Participantes por faixas etárias por opinião quanto à possibilidade de jovens usarem suas gírias (%).....	42
TABELA 10 – Participantes por faixa etária por opinião quanto às reuniões do OP serem atrativas para jovens ou não (%).....	42
TABELA 11 – Participantes por faixa etária por avaliação das reuniões do OP (%).....	43
TABELA 12 – Participantes por faixa etária por auto-identificação (%).....	44
TABELA 13 – Participantes por instância por faixa etária (%).....	49
TABELA 14 – Participantes por instância por tempo de participação (%).....	52
TABELA 15 – Participantes por instância por já ter sido conselheiro/a ou não em outro ano (%).....	52

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Participantes por faixas etárias (%).....	34
GRÁFICO 2 – Participantes por faixas etárias por crença na condição de ser conselheira/o no ano seguinte.....	45
GRÁFICO 3 – Participantes por faixas etárias por desejo em ser conselheira/o (%).....	46
GRÁFICO 4 – Participantes por faixa etária por tempo de participação no OP (%).....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. OBJETO DE ESTUDO, METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO.....	17
1.1. Objeto de estudo.....	17
1.2. Metodologia.....	19
1.3. Amostra e técnicas de investigação.....	20
2. RELAÇÕES GERACIONAIS COMO QUESTÃO SOCIOLÓGICA.....	21
3. CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ADULTOCENTRISMO NA MODERNIDADE..	24
3.1. Concepção evolucionista da vida.....	26
3.2. Juventude e disciplinarização no capitalismo.....	28
3.3. Estruturas de oposições geracionais, adultocentrismo e gerontocracia.....	30
4. REPRODUÇÃO OU RUPTURA COM O ADULTOCENTRISMO NO OP DE PORTO ALEGRE?.....	33
4.1. Perfil da amostra.....	34
4.2. Evolucionismo acerca do curso da vida.....	37
4.3. Percepções adultocêntricas sobre juventude.....	39
4.4. Modelo hegemônico de participação.....	41
4.5. Auto-identificação ou imposição de classificações etárias?.....	44
4.6. Incorporação do adultocentrismo.....	44
5. GERONTOCRACIA COMO OBSTÁCULO AO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE.....	48
5.1. Adultocentrismo e hierarquização de posições.....	48
5.2. Preponderância etária no COP.....	49
5.3. Gerontocracia e democracia deliberativa.....	50
5.4. Experiência como capital <i>versus</i> ampliação do exercício da cidadania.....	51
6. CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
APÊNDICES.....	61

INTRODUÇÃO

O tema da participação juvenil em processos sociais e políticos tem sido objeto de um número crescente de abordagens ¹. A análise mais recorrente é de que, em sua expressiva maioria, os agentes compreendidos como jovens estão, por um lado, vivenciando uma espécie de desinteresse em relação às instituições democráticas e, por outro lado, inventando ou reinventando formas não tradicionais e não institucionalizadas de exercício da cidadania ².

Boa parte das pesquisas tem buscado compreender as especificidades do que é ser/estar jovem nos dias de hoje, suas diferentes realidades sociais, as formas como os e as jovens vivenciam a condição juvenil e como se relacionam com a política. Hegemonicamente, partem da definição de juventude como um período da vida, fundamentalmente de transição entre a infância e a vida adulta, delimitada por uma série de indicadores (biológicos, psicológicos, sociais, culturais, etários etc.). Entretanto, é criticável a essencialização que muitas concepções reproduzem com suas definições. Ao definir juventude de forma isolada, substancialista e naturalizada, escapa a estas concepções a dimensão relacional e histórica do objeto em questão, mergulhando assim na *doxa*, no senso comum. Mesmo quando demarcam a diversidade através da expressão juventudes (no plural), muitas perspectivas buscam unificar em uma mesma categoria realidades sociais distintas, até opostas entre si, o que lhes obriga a realizar um verdadeiro malabarismo entre definições teóricas e sua correspondência com dados empíricos ³. Consequentemente, ao tentar entender o porquê da baixa participação de jovens em instituições democráticas utilizando-se de categorias estanques/desistorizadas para lhes definir, acabam legitimando e reproduzindo discursos que justamente impedem e/ou desestimulam a própria participação supostamente pretendida.

¹ Em espaços formais e informais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, meios de comunicação de massa, pesquisas, na definição de estratégias partidárias, na formulação de políticas públicas etc.

² Destacadamente, em expressões e organizações artístico-culturais, ONG's e ativismo virtual, tendo como principais temas de associação as lutas pela garantia dos Direitos Humanos (especialmente gênero, sexualidade, raça/etnia e meio ambiente). O movimento estudantil brasileiro, tão expressivo nas décadas de 60 e no período 77-85 (na luta contra a ditadura militar), além da década de 90 (movimento "caras pintadas", no processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo), hoje passa por um quadro de refluxo de mobilização. Sobre este tema, ver Mische (1997), em que pese a mistificação proposta pela autora em seu entendimento sobre juventude (reproduz o essencialismo psicologizante), bem como Abramo (1997) e Sposito (2000).

³ Não raro, os dados empíricos são negligenciados do ponto de vista da amplitude necessária para verificação das correspondentes teorias: muitas teorias não levam em conta todos os agentes que seriam considerados jovens em suas definições, indicadores e análises.

Juventude é uma invenção, uma construção social. Bourdieu (1983a, p. 112) polemiza: “é apenas uma palavra”⁴. Em um primeiro momento, é necessário reconstruí-la historicamente. Em quais condições surge a ideia de juventude como um período da vida? Imbricadas em quais relações de poder é produzida a periodização da vida em estágios evolutivos? Por quais transformações tem passado?

O paradoxo⁵ sustentado aqui é o de que a construção social das juventudes trata-se de um fenômeno estruturalmente situado na dimensão das relações geracionais; relações estas forjadas em exercícios de poder e dominação, sendo distintas em contextos de classe, relações de gênero, etnia etc.

Cada grupo social atribui os mais diferentes significados ao processo de reprodução e transformação das suas construções simbólicas através da sucessão geracional. As sociedades orientadas pelos valores fundamentais da modernidade e do capitalismo, hegemonicamente, têm buscado preparar as novas gerações para sua chegada a uma espécie de ápice, de plenitude intelectual, moral, ética, laboral etc., que seria o momento da vida adulta, quando então os indivíduos estariam prontos para agir com qualidade, maturidade e responsabilidade nos mais diferentes processos sociais, como na família, no mundo do trabalho, na política, na religião etc. Rosemberg (1997) considera adultocêntrica a visão social de mundo orientada pela noção evolucionista do curso da vida e balizada por aquele que é considerado o mais forte em sociedades competitivas. A partir da ideologia adultocêntrica, caberia, portanto, aos mais velhos e às mais velhas (especialmente adultos e adultas) a tarefa de manter e/ou transformar as instituições sociais, o que Weber (2000) define como gerontocracia, ao abordar os tipos de dominação tradicional.

Neste contexto, juventude é identificada como uma fase de transição, de preparação, caracterizado por incertezas, dúvidas, inconstância, imaturidade, experimentação etc. Portanto, um estágio marcado pela incapacidade/impossibilidade de exercício da cidadania em condições de equidade – pela negação de uma série de Direitos Humanos. É uma das expressões mais nítidas da construção social de oposições estruturais entre as gerações e a delimitação de estágios específicos do curso da vida numa perspectiva evolucionista, mas pode também ser substituída por outras representações⁶.

⁴ Alguns textos produzidos sobre juventudes no Brasil apresentam críticas a postura de Bourdieu sobre o tema. Entretanto, boa parte cita apenas este título polêmico dado a uma entrevista, sem dialogar com as demais questões apontadas pelo autor.

⁵ “Não no sentido de aproximação à *doxa*, mas no outro sentido do prefixo grego *pára*: isto é, no de *oposição* à *doxa* dominante.” (Pais, 1990, p.139)

⁶ É muito importante ressaltar que a ideia de juventude é utilizada nos mais diferentes contextos, tendo inúmeros significados, estes não necessariamente relacionados às relações geracionais e à cronologização do curso da vida.

Com o processo de redemocratização das instituições políticas brasileiras, inúmeras inovações têm sido desenvolvidas com o intuito de garantir e promover a ampliação da participação da sociedade civil nas decisões públicas. Destarte, ao tratar do tema da participação de agentes entendidos como jovens, surge como fundamental a ênfase na dimensão relacional em que se produzem e reproduzem, nas próprias instituições democráticas, discursos sobre as gerações – expressas, entre outras, nas representações sobre juventude e nas concepções sobre o curso da vida. Tais instituições estariam marcadas pelo adultocentrismo como discurso ideológico de legitimação da gerontocracia? Além disto, faz-se necessário, ainda, o questionamento quanto às demais condições sociais possibilitadas diferentemente para a pluralidade de grupos tidos como juvenis, tais como capital econômico, social, cultural, político etc., o que certamente complexifica (e quem sabe inviabiliza) a possibilidade de unificação de tais realidades e disposições em uma única categoria.

Em se tratando de uma esfera pública de co-gestão que, formalmente, possibilita a participação de qualquer cidadã e cidadão da cidade com no mínimo 16 anos, como compreender os baixos índices de participantes com idades inferiores a 25 anos nas principais instâncias de decisão do Orçamento Participativo (doravante OP) de Porto Alegre? Os dados produzidos em pesquisa coordenada por Luciano Fedozzi (2007) indicam (conforme Tabela 1) uma predominância geracional contrastante com as gerações hoje hegemonicamente identificadas como de jovens⁷, sendo que esta predominância se amplia radicalmente conforme as instâncias contam com maior grau de representatividade e atribuições de poder.

TABELA 1 – Participação segundo Faixa Etária (em 2005) (%)

IDADE	TOTAL	DELEGADOS	CONSELHEIROS	POPULAÇÃO (2000)
16 a 25	19	8,1	1,7	24,3
26 a 33	15	8,3	6	15,9
34 a 41	16,7	19,3	12,9	16,7
42 a 49	21,7	26,9	35,3	13,8
50 a 60	19	26,9	34,5	14,6
Mais de 60	8,6	10,5	9,5	14,7
Total	100	100	100	100

Fonte: Fedozzi (2007), a partir de Fedozzi (2005) e IBGE (2000)

Pode, por exemplo, em certos contextos, estar ligada a valores estéticos, comportamentais, políticos, de consumo etc., e não diretamente a um grupo etário, uma geração ou uma fase da vida. Este tema será retomado, inclusive no intuito de problematizar quais são os outros sentidos presentes na reprodução do adultocentrismo.

⁷ “A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, (...) o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotados de interesses comuns e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (Bourdieu, 1983a, p. 113). De acordo com a postura ontológica e epistemológica sustentada, não será feita uma definição do que é juventude, mas este conceito será utilizado em referência aos seus diversos usos, nos seus variados contextos (como um conceito êmico), sem a utilização de aspas. Estatisticamente, será usada a faixa entre 16 e 25 anos, ou até 29 anos, de acordo com os propósitos, conforme explicitados.

Como pode ser percebido, dentre os conselheiros e as conselheiras, há uma defasagem de 22,6% em relação ao percentual da população de pessoas entre 16 e 24 anos na cidade de Porto Alegre; e, pelo contrário, uma preponderância de quase 70% de participantes entre 42 e 60 anos, sendo que representam pouco menos de 30% da população da cidade. Estes dados indicam a possibilidade de que a participação em condições de igualdade, pressuposto básico da democracia, possa estar sendo obstruída no Orçamento Participativo de Porto Alegre em detrimento à reprodução da dominação tradicional gerontocrática. Segundo Fedozzi (2009, pp.29-30),

(...) as práticas da democracia participativa não criam, por si só, oportunidades equânimes entre os grupos e indivíduos. Existem situações desiguais e assimétricas que constituem a estrutura social do país e a realidade local e que exercem forte tendência de se reproduzir - não mecânica ou determinísticamente - em situações constituídas por um espaço comum para a tomada de decisões. No caso do OP aqui ilustrado, isso significa que essa inovação democrática reproduz, em parte, algumas desigualdades oriundas da disposição diferenciada ocupada no espaço social pelas camadas sociais, em função dos capitais socioeconômico, cultural e social. (...) A pressuposição da igualdade de condições e de tratamento igual entre desiguais incorre em contradição com o objetivo de transformar o processo de participação em “Escola de Cidadania”.

* * *

O tema da pesquisa consiste, portanto, nas relações de poder exercidas entre as gerações no contexto das inovações participativas institucionalizadas.

O objeto empírico é delimitado pelas relações de poder estabelecidas entre as gerações participantes do OP de Porto Alegre – especificamente, no Fórum Temático de Cultura, no Fórum da Região Centro e no Conselho do Orçamento Participativo (COP), conforme será justificado adiante.

O problema que norteia a investigação é formulado por meio das seguintes perguntas sociológicas. O Orçamento Participativo de Porto Alegre é marcado pelo adultocentrismo como valor hegemônico e pela dominação gerontocrática? As dinâmicas de relações entre participantes do OP contribuem para a configuração de uma preponderância etária, agravada conforme a escala de poder das instâncias representativas do mesmo? Quais são os capitais e as estratégias que estruturam as disputas de poder no OP, especificamente no que diz respeito às relações geracionais? O desenho institucional, os procedimentos adotados e as regras do OP contribuem para a legitimação e a reprodução da gerontocracia e obstaculizam o aprofundamento da democratização nesta inovação participativa?

A pesquisa tem como objetivo principal identificar os tipos de relações que são estabelecidas entre as distintas gerações que compartilham o espaço comum formado pelo OP, como uma instituição inovadora de democracia participativa.

Especificamente, pretende-se:

- Identificar e analisar os significados atribuídos ao curso da vida, à idéia de juventude e à participação de agentes tidos como jovens no OP e suas instâncias representativas;

- Identificar e analisar a disposição objetiva dos agentes nas estruturas hierárquicas a partir das classificações etárias;

- Analisar o desenho institucional, os procedimentos e as regras do OP de Porto Alegre à luz das possibilidades e dos constrangimentos à participação das diferentes gerações, bem como à efetivação dos princípios normativos da democracia deliberativa, como serão apresentados;

- Por fim, contribuir para a reflexão crítica sobre a promoção da equidade entre as e os participantes do OP, bem como para o aprofundamento da democratização no âmbito das inovações institucionais participativas⁸.

A hipótese que orienta a presente investigação é de que as relações de poder exercidas entre as gerações no Orçamento Participativo de Porto Alegre são marcadas pelo adultocentrismo, sendo esta concepção objetivada e legitimada através de estratégias de reprodução das hegemônicas representações evolucionistas acerca do curso da vida e da noção de juventude entendida como um período de preparação para a vida adulta – momento compreendido como o de reais condições para o exercício pleno e responsável da cidadania. É também manifestado nas lógicas discursivas e demais configurações simbólicas que reforçam modelos hegemônicos de atuação, notadamente contrários às linguagens socialmente associadas às juventudes⁹.

⁸ Infelizmente, uma perspectiva relacional, construtivista e crítica ao adultocentrismo e à gerontocracia pouco tem mobilizado discursivamente os movimentos sociais brasileiros, inclusive os ligados às pautas juvenis. Boa parte reforça estereótipos e generalizações mistificadoras, tais como disposição, determinação, garra, rebeldia, preparação, futuro, criatividade etc., como pode ser observado em alguns panfletos conclamando a classe trabalhadora “e” “a” juventude (portanto, a classe sem jovens e/ou a juventude extrapolando as classes – como se não houvesse jovens burgueses/as e conservadoras/es).

⁹ Desta forma, o título do trabalho representa metaforicamente a seguinte construção: “se pá”, na linguagem corrente de alguns grupos entendidos (e que podem se entender) como juvenis, significa uma condição (“se”) que, dependendo de um ou mais fatores (“pá”), pode gerar um posicionamento positivo (“era”) ou negativo (“não era”). Portanto, a hipótese apresentada neste trabalho é de que se (“se”) marcada por valores e práticas adultocêntricas (“pá”), a participação destes grupos em instituições democráticas não seria por eles desejada (“não era!”). Por outro lado, pode também representar o posicionamento dos agentes orientados pelo adultocentrismo que, ao categorizar uma ou um participante (“se”), identificassem a utilização desta linguagem como juvenil (“pá”), combateriam e/ou desestimulariam a sua participação em instâncias com maiores

A dominação geracional é também favorecida no próprio desenho institucional, nos procedimentos e nas regras vigentes no OP, os quais se tornam obstáculos ao aprofundamento da democracia e efetivação desta inovação institucional participativa como modelo de democracia deliberativa.

Sendo assim, o adultocentrismo orienta estratégias privilegiadas para a ascensão política de participantes de gerações notadamente identificados ao mundo adulto e à velhice, bem como fator significativo para que seja negada, obstruída e/ou desestimulada a participação de gerações identificadas como de jovens no processo como um todo e em instâncias com maior poder de decisão do OP.

No primeiro capítulo, o objeto de estudo, a metodologia e as técnicas de investigação são apresentadas e delimitadas. No capítulo 2, o tema das relações geracionais é abordado principalmente com base na obra de Karl Mannheim. A partir das considerações acerca das relações geracionais, o terceiro capítulo trata do processo de construção do adultocentrismo na modernidade, em um percurso que passa pela crítica às abordagens mais recorrentes sob o tema das juventudes, resgata o processo de construção da ideologia evolucionista acerca do curso da vida, trata das representações hegemônicas de juventude como dispositivo de disciplinarização no âmbito da reprodução do sistema capitalista e, por fim, aborda o tema das estruturas de oposições geracionais em conexão com o adultocentrismo e com a dominação gerontocrática, principalmente a partir das bases epistemológicas e construções analíticas de Pierre Bourdieu. Com base neste referencial teórico, os dados produzidos na investigação são apresentados e analisados nos dois capítulos seguintes (4 e 5), sendo testadas as hipóteses sugeridas ao problema. Por fim, no sexto e último capítulo é apresentada a conclusão da investigação.

1. OBJETO DE ESTUDO, METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

1.1. Objeto de estudo: o funcionamento do OP de Porto Alegre

O Orçamento Participativo de Porto Alegre pode ser apresentado, de forma resumida, nos seguintes termos a seguir.

Ao todo, o OP conta hoje com um desenho institucional composto por 6 Assembléias Temáticas e 17 Assembléias Regionais. Cada ciclo do OP tem a duração de um ano (fundamentalmente, em razão de ser este o período de planejamento e execução do orçamento público), sendo então organizado em três etapas.

Na primeira etapa, são realizadas Assembléias no âmbito de cada Região e de cada Temática. Todos os cidadãos e todas cidadãs da cidade com mais de 16 anos podem participar das Assembléias, com direito à voz e à voto (trata-se, portanto, do momento em que realiza-se a democracia direta). São eleitas as diretrizes orçamentárias (que nortearão o planejamento do próximo ano), bem como 2 conselheiras/os titulares e 2 suplentes para compor o Conselho do Orçamento Participativo (COP).

Na segunda etapa do ciclo, são formadas as instâncias institucionais de participação, todas compostas por representação: 17 Fóruns Regionais e 6 Fóruns Temáticos de Delegados e Delegadas (instâncias intermediárias) e o Conselho do Orçamento Participativo (instância máxima de decisão). Os Fóruns Regionais e Temáticos são compostos pela representação dos e das participantes da primeira etapa, numa proporção de 1 delegado/a para cada 10 participantes (cada organização – associação de moradores, clube de mães, escola, ONG, sindicato etc. – indica quem irá lhes representar). Os Fóruns reúnem-se periodicamente ao longo do ano (pelo menos uma vez por mês), tendo como pautas a apresentação de demandas e a escolha (por consenso ou por votação) das políticas (obras, serviços, projetos etc.) que irão compor o Plano de Investimentos (PI) dos recursos públicos do ano seguinte (com base nas diretrizes definidas nas Assembléias); acompanhar a execução das demandas decididas no ano anterior; bem como tratar dos temas discutidos no COP (como o regimento, as questões orçamentárias etc.), orientando assim os posicionamentos de sua representação no COP. Por último, o COP é instância máxima de decisão, composta pelas representações eleitas nas Assembléias Regionais e Temáticas, e reunindo-se semanalmente (recentemente as reuniões passaram a ser quinzenais).

Na terceira etapa, o objetivo é discutir e aprovar os planejamentos orçamentários do próximo ano: a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PI (Plano de Investimentos). O Regimento Interno do OP é discutido anualmente, nos Fóruns e no COP, sendo decidido nesta instância máxima de representação¹⁰.

Devido à amplitude numérica de participantes no OP de Porto Alegre, a opção metodológica foi limitar o campo amostral especificamente aos e às participantes das Assembléias Temática de Cultura, Região Centro e ao COP.

A opção por uma Temática e por uma Região se deve ao fato de que cada uma delas tem objetos de orientação orçamentária relativamente distintas: as Temáticas definem prioridades para temas específicos (educação, esporte e lazer; cultura; desenvolvimento econômico, tributação e turismo; meio ambiente; circulação e transporte; assistência social e saúde), ao passo que as Regiões tratam da definição de suas prioridades territoriais, mas no âmbito do conjunto de políticas públicas. Portanto, esta escolha possibilita algumas comparações em relação aos espaços de atuação e os objetivos da participação sob o ponto de vista dos agentes em associação às suas faixas etárias, mesmo que sem a possibilidade da construção de generalizações a partir de apenas duas unidades (comparações podem ser feitas apenas em caráter exploratório).

Dentre os Fóruns Temáticos, a escolha pelo de Cultura é justificada em razão da proximidade construída em anos anteriores¹¹, e pelo fato de que ela conta com o maior percentual de participação com até 25 anos (30%), comparativamente às demais Temáticas e até Regiões (Fedozzi, 2007, p. 25). Dentre os Fóruns Regionais, a escolha pelo Centro explica-se fundamentalmente em razão da facilidade de acesso, tendo em vista os escassos recursos disponíveis para a pesquisa empírica.

Finalmente, a opção pelo Conselho do Orçamento Participativo é justificada pelo fato de que é a instância máxima de decisão, contando com alto grau de representatividade.

Os *locus* de investigação foram delimitados no âmbito dos Fóruns Temático de Cultura, Região Centro e no COP em razão de que tais instâncias pressupõem a condição de participação continuada ao longo de todo o ano, em reuniões com periodicidade até semanais (como é o caso do COP e da Região Centro), diferentemente das Assembléias, que ocorrem apenas em uma única data durante o ciclo anual do OP.

¹⁰ Para mais informações acerca do desenho institucional e da metodologia do OP, consultar Fedozzi (1997).

¹¹ De 2003 a 2008, participando como delegado da Temática de Cultura, como conselheiro eleito por esta mesma Temática (2007 e 2008) e realizando pesquisas acadêmicas no âmbito do Bacharelado em Ciências Sociais UFRGS.

Entretanto, algumas observações foram produzidas nas Assembléias da Temática de Cultura e da Região Centro, sendo utilizadas quando das análises do desenho institucional, das regras e dos procedimentos realizados nestas ocasiões.

1.2. Metodologia

A estratégia metodológica norteadora da investigação parte de alguns pressupostos epistemológicos. Considera-se que, em não havendo verdade absoluta, o processo de construção de conhecimentos científicos é demarcado por construções teóricas que visam aproximações empíricas de objetos. Segundo Grüner (2007, p. 119),

Atrás do “símbolo”, portanto, não encontrarei o objeto puro e duro, e sim outro “símbolo”, e logo outros e outros indefinidamente. Não é que não haja “objetos” (trata-se de uma perspectiva materialista), e sim de que esses objetos tenham sido utilizados como “contingências” para a construção de configurações simbólicas que servem para explicar de certa maneira o mundo do real. São, em uma palavra, o resultado de uma práxis, e não essências eternas.

Todo e qualquer conhecimento está condicionado às relações de produção e consumo específicos de cada tempo e espaço social, relações estas imbricadas em sistemas de crenças, econômicos, políticos, etc.

Sendo a linguagem um dos elementos fundamentais de objetivação e reflexão, uma das atribuições de cientistas sociais é construir modelos interpretativos e analisar as estruturas linguísticas estruturantes e estruturadas a partir das relações sociais. Entretanto, tais códigos não se explicam por si próprios, mas são, também, produtos de construções sociais e lutas de poder que organizam as diferentes e opostas posições dos agentes. Para Bourdieu (1983, p. 164),

As características específicas do trabalho de produção linguística dependem da relação de produção linguística na medida em que ele é a atualização das relações de força objetivas (relações de classe) entre locutores (ou os grupos de que eles fazem parte)

A cada posição social corresponde um modo específico de utilizar e interpretar os códigos simbólicos, o que certamente desafia a produção de conhecimentos no âmbito da ciência social. Deve-se realizar um trabalho de aproximação e distanciamento das configurações simbólicas, ainda reconhecendo que este trabalho é condicionado por agentes

também posicionados no espaço social, tendo suas respectivas estruturas de disposições (*habitus*) e correspondentes universos simbólicos. Portanto, deve-se realizar um exercício de distinção entre códigos provenientes das utilizações típicas do senso comum, daquelas que estruturam o campo científico.

A partir destes pressupostos epistemológicos, o método de investigação adotado no âmbito desta pesquisa utilizou-se de técnicas quanti-qualitativas, especificamente observação participante e, fundamentalmente, questionário estruturado, de tipo survey. Segundo Baquero (2008, p.41)

este processo de saber como as pessoas pensam sobre determinados assuntos, aliado a técnicas sistemáticas específicas de análise, caracterizam a pesquisa tipo 'survey'. Neste sentido, tudo o que se pode dizer é que 'surveys' estão preocupados com as características demográficas, o ambiente social, as atividades ou as opiniões e atitudes de um grupo de pessoas.

1.3. Amostra e técnicas de investigação

A principal técnica utilizada foi a aplicação de questionário (Apêndice A), junto aos e às participantes do Fórum de Delegados e Delegadas da Temática de Cultura e da Região Centro, bem como do Conselho do Orçamento Participativo (COP), num total de 83 casos, distribuídos conforme a Tabela 2:

TABELA 2 – Instâncias do OP e número de casos da amostra

INSTÂNCIAS DO OP	Nº DE CASOS	PERCENTUAL (%)
Temática de Cultura	20	24,1
Região Centro	36	43,4
Conselho (COP)	27	32,5
TOTAL	83	100

Fonte: elaborada pelo autor

Todas as pessoas (delegados/as e conselheiras/os) presentes nas reuniões foram convidadas a contribuir, sem que fosse realizado nenhum tipo de amostragem adicional. É importante destacar que algumas pessoas não se dispuseram a responder (ao total, aproximadamente cinco), assim como o fato de que as pessoas ausentes não tiveram a possibilidade de responder às questões, já que o questionário foi aplicado em apenas uma reunião de cada um dos *lócus* de pesquisa (todas no segundo semestre de 2010). Portanto, trata-se de uma amostragem aleatória dentro do universo de participantes em cada uma das referidas instâncias.

As respostas foram informadas através de auto-preenchimento individual, sendo todas as perguntas objetivas. O questionário contou com 48 questões, abordando aspectos sociodemográficos; associativismo, trajetória de participação, expectativas e instância de participação no OP; opiniões sobre o OP e critérios para participação em instâncias representativas; opiniões sobre o curso da vida e suas classificações; significados atribuídos à juventude; e avaliações sobre a participação de jovens no OP e no tecido associativo.

As respostas foram agrupadas e categorizadas de acordo com o referencial analítico e com os objetivos da presente pesquisa. A verificação de frequências e de cruzamentos de dados quantitativos foram realizadas com o software SPSS. Alguns cruzamentos foram realizados utilizando-se do teste de Chi-quadrado (Pearson Chi-square) para verificar existência de associação estatística significativa.

A investigação teve um caráter exploratório, não assumindo a pretensão de apresentar dados conclusivos e generalizáveis acerca do tema em voga.

2. RELAÇÕES GERACIONAIS COMO QUESTÃO SOCIOLOGIA

O tema das gerações, numa perspectiva relacional, pouco tem sido abordado pelas Ciências Sociais contemporâneas, em detrimento de um número crescente de estudos focados nas especificidades de crianças, adolescentes, jovens, idosos, etc. que, entretanto, em bom número, têm tomado tais classificações isoladamente – inseridas em uma espécie de curso evolutivo da vida –, sem se dedicar às condições e às relações que lhes produzem e reproduzem¹², aqui compreendidas no contexto das relações geracionais.

As relações geracionais estão diretamente ligadas à reprodução e à transformação das estruturas simbólicas e materiais construídas pelas diferentes culturas, grupos e classes sociais ao passar dos tempos. As gerações se sucedem, garantindo a possibilidade de historicidade humana para além dos limites biológicos.

Um dos estudos mais destacados sobre o tema é de autoria do sociólogo húngaro Karl Mannheim (um dos fundadores da sociologia do conhecimento), especialmente em sua

¹² Algumas pesquisas, como Baquero e Baquero (2007), articulam juventude e política. Para tanto, reproduzem definições do que é juventude de uma forma isolada e desistorizada, como se juventude fosse um grupo social dado *a priori*, e não um fenômeno relacional construído historicamente, como será abordado a seguir.

obra *O Problema Sociológico das Gerações* (1982). Para o autor, os indivíduos operam estruturalmente através de uma espécie de dialética interna, em que, a partir de um contato original com a herança acumulada, formam estratos de consciência. Todas as experiências posteriores tendem então a receber seu significado desse conjunto original, quer elas apareçam como verificação e finalização daquele conjunto, quer como sua negação e antítese. Ter nascido em uma mesma época, mas em contextos socioculturais muito diferentes (ser de uma mesma geração em sentido etário¹³), ou viver as mesmas situações históricas e sociais, mas em diferentes estratos de consciência, não faz com que os indivíduos compartilhem de uma mesma situação de geração: “o que realmente cria uma situação comum é elas estarem em uma posição para experimentar os mesmos acontecimentos, dados, etc., e especialmente incidam sobre uma consciência similarmente ‘estratificada’” (ibidem, p. 79-80).

Mannheim (ibidem, p. 72) afirma que o fato de pertencer à mesma situação de geração proporciona aos indivíduos

uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante.

Resumidamente, a definição que Mannheim atribui ao conceito de situação de geração se constitui como uma importante contribuição ao entendimento acerca das dinâmicas através das quais as estruturas simbólicas e materiais socialmente construídas são transmitidas, interpretadas, reproduzidas e reelaboradas pelos agentes sociais no que diz respeito às semelhantes e às diferentes posições em que estes se situam em relação às sucessões geracionais, às situações históricas e ao espaço social, bem como às contingências e às limitações a estas relacionadas¹⁴.

¹³ O autor estabelece uma distinção entre as categorias “geração”, em sentido etário, e “situação de geração”, como apresentado acima. Destaca-se que o conceito geração é utilizado no âmbito desta pesquisa em referência ao que Mannheim (1982) define como “situação de geração”.

¹⁴ Um exemplo ilustrativo desta perspectiva pode ser identificado na efervescência política e cultural produzida por inúmeros/as estudantes ao redor do mundo no conhecido “Maio de 68”. Pode-se considerar que esta efervescência teria sido fortemente influenciada pelo choque de gerações. De um lado, estariam gerações fragilizadas com os traumas de duas grandes guerras mundiais, na tentativa de manter intactas as relações sociais que sustentassem a aparente calma do momento. De outro, gerações mais novas teriam tido as condições de, a partir da segregação institucional imposta pelo processo de educação formal, estabelecer laços sólidos de convívio e produção de reflexões, posicionamentos políticos e estilos de vida compartilhados. Para estas, o horizonte de possibilidades se apresentou como de radical negação do *status quo*, marcada pelo conservadorismo moral, econômico e político, e representado nas figuras do pai, do professor, do padre, do patrão e do chefe político. Um dos elementos importantes da contribuição de Mannheim (1982) é a possível reflexão de que esta reação se apresentou de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos sociais (nos diferentes países, por exemplo) e de acordo com os diferentes estratos sociais (classe, raça/etnia e gênero, por exemplo) – sendo que, inclusive, a própria efervescência não foi vivida por todos os agentes de mesma geração (no sentido do período de nascimento), expressando assim a diferença entre geração e situação de geração proposta pelo autor.

Helena Abramo (1994) sintetiza essa noção ao propor que o conceito de geração “tematiza a possibilidade de problematização da herança cultural e a produção de um estilo peculiar de ‘sentir, pensar e agir’ por parte dos jovens de cada contexto histórico particular” (p. 46). Entretanto, segundo Bourdieu (1983a, p. 113), não podemos esquecer que “somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isso que os cortes, seja em classes de idade, seja em gerações, variam inteiramente e são objetos de manipulação”. A limitação de Mannheim (1982), seguido por Abramo (1994), constitui-se na definição de juventude em associação com o conceito de geração, tendo como base os supostos estágios da vida. Sendo assim, negligencia o fato de que tais marcadores são produtos de construções sócio-históricas que variam em diversos contextos (culturais, econômicos, nas relações de gênero etc.), inclusive não existindo em alguns deles¹⁵.

Em cada contexto social e histórico, são inúmeras as representações que cada geração faz de si, das demais e do curso da vida, assim como, conseqüentemente, múltiplas são as possibilidades, limitações e características que podem assumir e construir. Fundamentalmente, os recortes que distinguem uma geração das demais são eles próprios construções sociais e, portanto, arbitrários. Trata-se, portanto, de relações de poder, força, hierarquias, dominação e desigualdades, havendo ou não consciência por parte dos agentes envolvidos nestas relações.

Neste sentido, um dos desafios que se apresentam às discussões acerca das relações geracionais é o de identificação e análise das específicas estruturas construídas em diferentes contextos sócio-histórico-culturais, assim como seus agenciamentos. Opera-se, portanto, a possibilidade de produção de conhecimentos que contribuam significativamente na compreensão das diversas dinâmicas com as quais os processos sociais têm sido conservados e transformados através da sucessão geracional.

¹⁵ “Margaret Mead, a partir de observações que fez nas Ilhas Samoa, defende a idéia de que a adolescência é um fenômeno de sociedade, e que pode ser inexistente em algumas dentre estas – conforme essa autora, este é o caso nessas ilhas.” (Emmanuelli, 2008, p.29)

3. CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ADULTOCENTRISMO NA MODERNIDADE

A análise das dinâmicas específicas em que são operadas as relações geracionais em cada contexto tem na construção das fronteiras de distinção entre as gerações um importante recurso. Portanto, um recurso que parte do ponto de vista amplo da dimensão das relações geracionais e passa a analisar especificamente um dos aspectos presentes nas estruturas sociais destes contextos – considerar a constituição de classificações acerca do curso da vida em termos de estágios é uma das possibilidades. Por outro lado, este foco de análise pode ser deslocado pela naturalização dos objetos investigados e a reprodução da *doxa* do espaço social, sendo mais recorrente este deslocamento quando os objetos das investigações são constitutivos do contexto social em que estas são realizadas.

Um dos focos de análise acerca das relações geracionais é a identificação dos atuais significados socialmente construídos acerca da ideia de juventude¹⁶. Entretanto, contraditoriamente a esta perspectiva dialética, a maior parte das pesquisas¹⁷ e dos desenhos de políticas públicas trata de definir juventude como um período da vida, de transição entre a infância e a vida adulta, delimitada por alguns indicadores: biológicos (ligados principalmente à puberdade e às disposições físicas), psicológicos (como as crises decorrentes da passagem de um estágio ao outro e o recebimento de novas atribuições, da experimentação da sexualidade, a construção de identidades, etc.), sociais (saída da educação formal e entrada no mercado de trabalho, acompanhada da saída da família de orientação e constituição da família de reprodução), culturais (construção de estilos de vida e linguagens especificamente juvenis, compostos por gostos musicais, formas de falar, roupas, acessórios, etc.), político-filosóficos (definição de posicionamentos sobre relações, valores, crenças, instituições sociais, etc.), assim como a combinação de dois ou mais destes elementos.

Em geral, utiliza-se da perspectiva demográfica (as classificações etárias como indicadores) para a construção de levantamentos e análises macro-sociológicas, no desenho de políticas públicas, entre outros usos¹⁸.

¹⁶ “Acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não-institucional etc.” (GROPPO, 2000, p. 12).

¹⁷ Como exemplo, Eisenstadt (1976), Mannheim (1982), Foracchi (1972), Levi e Schmitt (1996), Mische (1997) e Dick (2003).

¹⁸ Em 1985, Ano Internacional da Juventude, a Assembléia Geral das Nações Unidas definiu jovem como sendo o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos. O Estado brasileiro instituiu a faixa etária entre 15 e 29 anos como orientadora das políticas públicas de/para/com juventudes (BRASIL, 2005)

Consequentemente, tais abordagens limitam-se a observar o fenômeno juventude isoladamente, de forma substancialista, buscando defini-lo com base em suas supostas características essenciais, intrínsecas, naturais, dadas *a priori*. Portanto, abordagens deslocadas da dimensão estrutural e histórica em que o objeto é construído e reproduzido¹⁹, no caso aqui considerado, as relações geracionais.

Por outro lado, são ainda criticáveis mesmo do ponto de vista empírico, na não considerada desconexão entre indicadores etários e a realidade concreta em que vivem inúmeros grupos de indivíduos entendidos como jovens nestas mesmas perspectivas: muitos nunca estudaram, alguns trabalham desde a infância, outros nunca tiveram família de orientação e/ou nunca constituíram família de reprodução. No Brasil, por exemplo, compreender juventude na linearidade família de orientação → escola → universidade → estágio → trabalho → família de reprodução, indica a posição de classe de boa parte da produção acadêmica²⁰, inclusive negligenciando a forte desigualdade no acesso às instituições de ensino presente desde os processos de construção social das modernas e hegemônicas noções de infância e de juventude – portanto, criações burguesas²¹.

A reprodução da ideia de juventude como estágio da vida está assentada na crença de que estes estágios existem em estado puro, ou, no mínimo, de que o curso da vida é sim marcado por um processo evolutivo.

¹⁹ Definir juventude a partir de supostas características intrínsecas seria como definir o que é ser mulher com base nas hegemônicas representações do senso-comum, marcadas pela dominação masculina. O principal avanço das teorias feministas, neste sentido, é deslocar do debate toda e qualquer tentativa de essencialização – como definidores biológicos e psicológicos – para delimitação de supostas características comportamentais de mulheres e sua associação com instituições específicas. Opera-se, portanto, na valorização da dimensão simbólica e nas relações de poder constitutivas de estruturas de oposições entre femininos e masculinos, que extrapolam o sexo de nascimento (portanto, tanto mulheres quanto homens podem agenciar performances masculinas e femininas – cada contexto social atribui os mais diferentes significados às relações de gênero). Portanto, a conceituação de juventude como uma fase entre a infância e a vida adulta, entre as instituições de ensino e o trabalho, marcada pela preparação e pela construção de grupos culturais etc., seria como definir mulher em associação às tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos, marcada pela sensibilidade, a afetividade, a necessidade de proteção, a constituição de grupos de chá das cinco etc. (sic!). Sobre o tema das teorias feministas, ver Scott (1990).

²⁰ No Brasil, segundo pesquisa realizada em 2003 pelo Projeto Juventude/Instituto Cidadania (Abramo, Branco, 2005), mais da metade (53,2%) das pessoas entre 15 e 24 anos não estavam estudando. Paralelo a isto, aproximadamente 68% estavam trabalhando (36%, sendo que, destas, 60% no mercado informal), ou já haviam trabalhado (32%). Entre as pessoas inseridas nesta faixa etária, 14% (9% dos homens e 18% das mulheres) não moravam com os pais (ou padrastos), com as mães (ou madrastas), e/ou adultos mais velhos. Quase um terço (29%) das mulheres nesta idade viviam com filhos/as, número percentualmente três vezes maior do que de homens nesta faixa etária (9%).

²¹ É importante demarcar o machismo presente inclusive na tradição burguesa: as mulheres passaram a ter o direito de acesso às instituições de ensino muito tempo após os homens. Por longo período (e mesmo hoje, em muitos contextos), o único percurso possível das mulheres era (ou é) a passagem da família de orientação para família de reprodução, da infância à vida adulta.

3.1. Concepção evolucionista da vida

A ideia de que o curso da vida é inevitavelmente marcado por avanços evolutivos é hoje hegemônica, estando fortemente naturalizada no imaginário social e manifestada em pesquisas acadêmicas. A introdução que Eisenstadt dá à sua obra *De Geração a Geração* (1976, p. 1), considerada uma das principais referências no tema, serve como exemplo destas concepções:

A idade e as diferenças etárias estão entre os mais básicos e cruciais aspectos da vida humana e determinantes do destino humano. Durante sua vida, todo ser humano passa por diferentes **fases etárias** e, em cada uma adquire e usa diferentes capacidades biológicas e intelectuais. Cada fase, nesta progressão, constitui um passo irreversível no desenrolar de sua vida, desde o começo até o seu final. **Em cada fase executa diversas tarefas e assume diversos papéis** em relação a outros membros de sua sociedade: de criança, ele torna-se pai; de aluno, professor; de jovem vigoroso, transforma-se num adulto que envelhece gradualmente. (grifos meus)²²

A passagem por determinadas experiências inevitavelmente agregaria aos agentes as condições de melhor se posicionar diante de experiências semelhantes, o que pode ser caracterizado como expressão do empirismo cientificista típico da modernidade. Para Groppo (2000),

Originada da cultura e da sociedade ocidental, capitalista, burguesa, liberal, etc. do século XIX, a nossa concepção de juventude ainda é marcada por caracteres definidores e legitimadores cientificistas, baseados em uma noção evolucionista do ser humano e das coisas, ou seja, uma concepção em que o ser humano é pensado como indivíduo que, biológica, mental e socialmente, evolui da fase infantil à fase adulta, sendo a juventude uma fase intermediária (ibidem, p. 271).

Segundo o historiador Ariès (1978), a França medieval não dispunha de estruturas classificatórias organizadas em termos de grupos etários. Para o autor, até por volta do século XII, não havia uma imagem da infância como a temos hoje²³. Foi então, a partir de um conjunto de modificações estruturais, que se passou a atribuir a um período específico da vida a necessidade de uma espécie de reclusão, quando então seria transmitido às novas gerações um conjunto de conhecimentos produzidos pelas gerações de até então. Ariès identifica na

²² Os grifos explicitam a divisão social do trabalho organizada a partir da cronologização evolucionista do curso da vida.

²³ Segundo Ariès (1978, p. 50), “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo”. “Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio” (ibidem, p. 273).

educação institucionalizada um importante mecanismo de produção de novas relações entre as gerações:

Passou-se a admitir que a criança não estava **madura para a vida**, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. (...) Iniciou-se então uma verdadeira moralização da sociedade: o aspecto moral da religião pouco a pouco começou a prevalecer na prática sobre o aspecto sacro ou escatológico. Foi assim que esses campeões de uma ordem moral foram obrigados a reconhecer a importância da educação. As ordens religiosas fundadas então, como os jesuítas ou os oratorianos, tornaram-se ordens dedicadas ao ensino, e seu ensino não se dirigia mais aos adultos, como o dos pregadores ou dos mendicantes da Idade Média: era essencialmente reservada às crianças e aos jovens (ibidem, p. 276 e 277) (grifos meus)

Portanto, não só se tratava de compartilhamento de conhecimentos, mas certamente também estava em jogo a reprodução dos conhecimentos tidos como legítimos, a manutenção do *status quo*.

Neste sentido, a construção social de estágios específicos da vida está diretamente imbricada em um conjunto de aspectos que configuram o contexto social da modernidade. Para Debert (2004), um dos aspectos relevante são as transformações econômicas que caracterizam a passagem do modo de produção feudal ao capitalismo:

Na explicitação das razões que levaram a cronologização da vida, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser pensada como resposta às mudanças econômicas, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para outra baseada no mercado de trabalho. (ibidem, p. 15)

Da mesma forma, a estrutura social em transformação na modernidade reconfigura os domínios de atuação do Estado, que passa a tratar de questões antes relativas à esfera privada e familiar como problemas de ordem pública. Portanto, o Estado passa a regulamentar as etapas da vida. Os valores simbólicos orientadores da lógica social gradativamente deslocam-se da visão holista típica da Idade Média para perspectivas individualistas na modernidade, promovendo a institucionalização e a burocratização do curso da vida através de sua cronologização (ibidem, pp. 14-15).

3.2. Juventude e disciplinarização no capitalismo

A construção de supostos estágios evolutivos do curso da está diretamente relacionada às lógicas do sistema capitalista e do neoliberalismo, sendo funcional a estes. A idéia de que os indivíduos estão em um processo evolutivo legítima e reproduz o mito liberal da mobilidade social: “crescer”, “melhorar”, “se qualificar”, são ideais hegemônicos almejados socialmente e reproduzidos do ponto de vista das trajetórias individuais/individualistas²⁴. Neste contexto, as instituições de educação formal são apresentadas como supostas ferramentas de ascensão. Entretanto, segundo Bourdieu (1998, p. 53), o sistema escolar, ao se apresentar como neutro e desprovido de hierarquias, acaba justamente legitimando e reproduzindo as desigualdades sociais:

para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.

Sendo assim, no plano individual, toda e qualquer desconexão entre desejos subjetivos e possibilidades objetivas (“insucesso”) pode ser justificada do ponto de vista de possíveis equívocos cometidos no passado (que não volta mais!), especialmente na juventude, quando a irresponsabilidade e a imaturidade teriam contribuído para que o agente não tivesse dado conta das atribuições necessárias para aquele estágio, como ter estudado (ou ter estudado mais²⁵), ter escutado as pessoas mais velhas²⁶, etc.

²⁴ “(...) as formas pelas quais a vida é periodizada, as categorias de idade presentes em uma sociedade e o caráter dos grupos etários nela constituídos são um material privilegiado para pensarmos na produção e reprodução da vida social em diferentes contextos culturais. O estudo dessas dimensões é parte fundamental das etnografias preocupadas em dar conta dos tipos de organização social, das formas de controle de recursos políticos e da especificidade das representações culturais. Por isso mesmo, essa deveria ser também uma dimensão central dos estudos que temos levados a cabo para compreender as mudanças na nossa própria sociedade.” (DEBERT, 2004, p. 2)

²⁵ Neste sentido, é interessante registrar que a pauta de muitos movimentos juvenis está centrada na reivindicação de políticas públicas de juventude que garantam o acesso à educação superior. Entretanto, no Brasil, a grande maioria da população (fundamentalmente as classes subalternas), independentemente de idade, não tem acesso à educação pública: adotando a estratégia de ligar juventude à educação, os movimentos acabam por reproduzir a ideia de que o acesso à educação institucionalizada deva acontecer em um momento determinado da vida, desestimulando pessoas tidas como adultas e idosas ao ingresso em instituições de ensino, promovendo a segmentação de uma luta que poderia ser de toda a sociedade e contribuindo para a invisibilidade das diferenças de classe em relação ao acesso à educação formal.

²⁶ Vale lembrar que as relações de trabalho nos contextos do capitalismo e do adultocentrismo apresentam-se diferentemente segundo os ordenamentos de gênero. Segundo Rosemberg (2001, p. 530), “o trabalho doméstico já foi responsabilizado pelo insucesso das meninas em todo o mundo subdesenvolvido, em decorrência possível do adultocentrismo que percorre nossas reflexões: do mesmo modo que a responsabilidade feminina pelo trabalho doméstico dificulta ou impede a participação de certas mulheres adultas no mercado de trabalho, as maiores dificuldades de escolaridade das meninas, em certos países, decorreria de sua responsabilidade precoce

A adequação produzida nas instituições de educação tem como objetivo estrutural a qualificação técnica (servindo para formação de mão de obra.) e a posterior inserção de pessoas tidas como adultas no mercado de trabalho e tendo sua ação no mundo marcada pela “responsabilidade”, “maturidade”, etc. Para Debert (2004, p. 17),

O curso da vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário a burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria.

Atualmente, as lógicas contraditórias do sistema capitalista no que diz respeito ao adultocentrismo apresentam-se nitidamente nos meios de comunicação: por um lado, os principais ideais de juventude assentam-se fundamentalmente no consumo, como mercadoria (tecnologias digitais, estilos de vida “descolados”, “irreverentes”, como no uso de cabelos coloridos, gírias, acessórios etc.²⁷). Por outro, quando, apresentam exemplos de jovens que ascenderam socialmente por outras vias que não as diretamente ligadas a estes ideais de consumo (como pelo mercado da moda, da publicidade, das artes, do entretenimento ou do esporte), normalmente suas imagens são de tipo mais “sério”, “formal”, típicos do mundo adulto, tendo sido construídas em um percurso de disciplina e valorização da aprendizagem e do trabalho, respeitando hierarquias e condições desiguais de produção²⁸.

A partir das bases epistemológicas sustentadas por Foucault, pode-se ainda considerar a construção social da ideia de juventude nos marcos do adultocentrismo e do capitalismo como um dispositivo de disciplinarização, já que as instituições de educação formal reproduzem, hegemonicamente, as lógicas inerentes do modo de produção capitalista e, portanto, de adequação dos agentes sociais ao *status quo* e de formação de corpos dóceis. Como demonstra o autor, os mecanismos de disciplinarização

permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade - utilidade são o que podemos chamar as ‘disciplinas. (...) disciplina fabrica assim corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos

pelo trabalho doméstico; nos países em que o êxito escolar das meninas é superior ao dos meninos, responsabiliza-se o trabalho extra-doméstico pelo fracasso masculino.”

²⁷ “A juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido a qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados”. (DEBERT, 2004, p. 3)

²⁸ A hierarquização das relações de produção a partir do ponto de vista da cronologização evolucionista do curso da vida e do adultocentrismo é manifestada contemporaneamente, por exemplo, nos estágios, nos programas de jovem aprendiz, etc.

econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, apud BORGES, 2004, p. 5)

3.3. Estruturas de oposições geracionais, adultocentrismo e gerontocracia

Dando seqüência a análise, sustenta-se que a construção de estágios evolutivos acerca do curso da vida é produto e produtora de hierarquizações entre agentes a partir de critérios etários. Para Rosemberg (1997 pp.17-18),

A Ciência Ocidental apresenta uma postura adultocêntrica, em que aquele que é considerado o mais forte em sociedades competitivas olha para a infância como se procurasse um outro adulto, o adulto que a criança será. A biologização e naturalização da criança e do bebê, com os padrões adultos e de maturidade permeando a compreensão do desenvolvimento, retiram da infância a sua historicidade e seu potencial transformador.

Portanto, também não é por acaso que, hegemonicamente, os agentes sociais em posições de poder no contexto das instituições que dominam o processo de delimitação e avaliação das classificações etárias (família, Estado, religiões, mercado de trabalho, universidades, etc.) consideram-se adultos. Para Bourdieu (1983a, p. 112), “a representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos”.

Max Weber (2000, p. 151), ao apresentar diferentes aspectos da dominação tradicional (baseada na crença que valida o poder exercido por um chefe), define um dos seus tipos primários como gerontocracia:

(...) situação em que, havendo alguma dominação dentro da associação, esta é exercida pelos mais velhos (originalmente, no sentido literal da palavra: pela idade), sendo eles os melhores conhecedores da tradição sagrada. A gerontocracia é encontrada frequentemente em associações que não são primordialmente econômicas ou familiares.

Desta forma, a cronologização do curso da vida em uma perspectiva evolucionista – no caso da modernidade²⁹, adultocêntrica – é o princípio ideológico que constitui e legitima a delegação de poder a um chefe segundo critérios etários.

²⁹ “Verifica-se que, ao contrário da visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade.” (Tassinari, 2004, p.11)

Portanto, as fronteiras que separam e opõem as diferentes classificações indicam atribuições, direitos, deveres e instituições específicas, mesmo que não se traduzindo em leis, e mesmo que não sendo reconhecidas como tal pelos agentes sociais³⁰.

A perspectiva relacional das dinâmicas exercidas entre as gerações nos marcos da construção de classificações etárias torna a análise extremamente complexa, já que os agentes sociais vivenciam diferentes posições, em diferentes contextos. Por exemplo: se hegemonicamente a vida adulta é tida como uma fase de maturidade e responsabilidade, considera-se juventude como uma fase de imaturidade e irresponsabilidade, fazendo com que, ao se considerarem adultos, os agentes se coloquem em posições hierárquicas superiores às compreendidas como sendo para jovens. Segundo Pasini e Pontes (2007, p. 38),

juventude é uma posição social produzida e inserida nas disputas de poder e dominação típicas das relações entre as gerações. É uma posição geracional relativa (dada na relação) a diferentes situações, e não um grupo etário específico – apesar de que fortemente organizada por eles. Seus significados são frutos de construções sociais, sendo utilizados, conscientemente ou não, de acordo com as estratégias adotadas pelos agentes e suas correspondentes posições. As posições geracionais orientam relações, constituindo-se assim a partir de capitais específicos, que fazem com que sejam ora dominadoras, ora dominadas. As disputas são travadas diferentemente em relação aos variados recortes sociais (classe, raça/etnia, credo etc.) e nos inúmeros campos sociais (ciência, religião, mídia, família, educação, trabalho etc.) nos quais interagem. Entretanto, estrutural e hegemonicamente, a posição juventude é dominada em quase todos os campos de nossa sociedade (a sociedade global), mas não em todos.³¹

Desta forma, a construção dos supostos estágios evolutivos da vida cumpre um papel disciplinador não apenas em relação aos agentes entendidos como jovens: os considerados

³⁰ A dominação gerontocrática é exercida nas principais instituições tradicionais de socialização, como na família, nas religiões, no mercado de trabalho, na gestão do Estado etc. As instituições de ensino, em que pese serem historicamente os primeiros espaços de socialização das novas gerações (contribuindo decisivamente na produção de estilos de vida homólogos – inclusive a própria idéia de juventude), ainda assim são espaços dominados por posições geracionais identificadas ao mundo adulto e à velhice, tanto administrativa quanto pedagogicamente. Nestes espaços, são inúmeras as estratégias no sentido de imposição e legitimação do controle e da disciplinarização a partir dos prismas normativos do adultocentrismo. Sendo os espaços públicos gradativamente dominados por agentes entendidos (e que podem se entender) como jovens, muitas associações são estabelecidas (nos meios de comunicação, em pesquisas acadêmicas, políticas públicas, etc.) entre juventude e criminalidade, perspectiva marcante da Escola de Chicago, na década de 60, quando dos primeiros estudos sobre juventude.

³¹ Nesta publicação, Pasini e eu provocamos o olhar sobre as posições geracionais (“adulto”, “criança”, “jovem” etc.), compreendendo-as como produtos de construções sociais que produzem e reproduzem lutas de poder entre as gerações. Discutimos ainda algumas questões relacionadas ao tema do protagonismo juvenil; das ações da sociedade civil; políticas públicas de/para/com juventudes; apresentamos o programa “Jovens Multiplicadoras de Cidadania” (desenvolvido pela ONG Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero); trajetórias e perfis das mulheres jovens capacitadas pela instituição; experiências em militância; e analisamos algumas opressões (de gênero, geracional, classe, raça/etnia etc.) por elas enfrentadas em diferentes campos de suas vidas sociais. Cabe ressaltar que estão sendo estabelecidas algumas modificações epistemológicas no âmbito da presente pesquisa em comparação a de 2007.

adultos e idosos são inibidos de mudar suas visões sociais de mundo na considerada vida adulta, ter crises de identidade, adotar certos certos códigos simbólicos tidos como de jovens, não ter filhos, morar com pais/mães, etc.

Por outro lado, é também importante destacar que as relações de poder e dominação exercidas entre as gerações não obedecem a um sentido unidirecional, estando em permanentes tensões. Isso leva toda e qualquer interpretação à necessidade de não incorrer em generalizações absolutas. Assim, um exemplo contrário à dominação geracional fundada no adultocentrismo pode ser observado no caso das associações da idéia de juventude à disposição às novidades: muitos agentes considerados jovens se valerão desta associação em disputas no mercado de trabalho.

Para dar conta desta complexidade relacional, as teorias propostas por Bourdieu são significativamente dotadas de potencial heurístico. Assim, a investigação do como os agentes incorporam as classificações, ocupando posições e reproduzindo oposições geracionais, pode contar com o referencial produzido acerca do conceito de *habitus*, definido pelo autor como: princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social (estrutura estruturante), que é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais (estrutura estruturada). O *habitus* é, portanto, necessidade incorporada, convertida em estrutura de disposições geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma. (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Destarte, a crença dos agentes de que estão evoluindo ao longo do curso de suas trajetórias representa a adequação dos mesmos às estruturas simbólicas correspondentes às posições que passam a assumir. Ao ocupar novas posições, os agentes deparam-se com um novo horizonte de possibilidades e restrições, tendo dos agentes em posições semelhantes a confirmação de que suas ações correspondem às expectativas. Isso devido ao fato de que as estruturas de oposição (que organizam as práticas classificatórias engendradas pelo *habitus*) são perfeitamente homólogas entre si por serem todas homólogas do espaço das oposições objetivas entre as condições (Ibidem, p. 167). O conjunto das práticas dos agentes – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (ibidem, p163).

Sendo assim, a crença na evolução cumpre também o papel de legitimar, reproduzir e, portanto, proteger a posição de dominação da qual é produto. Desta forma, as relações geracionais organizam – e são organizadas a partir da – hierarquização de uma série de

capitais simbólicos, incidindo (de acordo com o contexto, com as situações e com o cruzamento que estabelecem com outros capitais) sobre a distribuição das posições objetivas dos agentes e para a configuração de correspondentes *habitus*.

Resumidamente, as relações geracionais têm sido fortemente marcadas pela produção de estruturas de oposições ligadas a delimitação de estágios evolutivos da vida. Tais estruturas distribuem as gerações em posições hierárquicas com base em segmentações etárias, delimitando expectativas, atribuições, instituições sociais, restrições e condições de possibilidade correspondentes a cada uma destas posições. Objetos, produtores e consumidores de classificações, os agentes que compartilham de uma mesma situação de geração estruturam – e são estruturados a partir de – estruturas de disposições duráveis orientadoras de específicas formas de ver, pensar e agir no mundo (*habitus*). Desta forma, as necessidades estruturais (socialmente construídas, que podem não ser reconhecidas como tais) de objetivação do *habitus* (através de distinções, identificações, assimilações etc.) são convertidas na crença de que este não é produto da própria necessidade, mas, sim, lhe é intrínseco, natural, ou mesmo, produto da escolha. Portanto, a arbitrariedade das distinções etárias é naturalizada, tornando-se verdade e matriz de julgamentos.

A partir deste referencial teórico, explicitamente ancorado na teoria bourdieusiana, os dados produzidos na investigação junto aos e às participantes do OP de Porto Alegre serão analisados em vista da identificação de valores, práticas, hierarquizações e demais perspectivas acerca das relações geracionais e, assim, testar a hipótese sugerida.

4. REPRODUÇÃO OU RUPTURA COM O ADULTOCENTRISMO NO OP DE PORTO ALEGRE?

Os dados empíricos produzidos na investigação serão apresentados e analisados conforme sua relevância em relação ao problema de pesquisa e a hipótese da investigação. Em resumo, a presença ou não do adultocentrismo e da dominação geracional gerontocrática no interior do OP de Porto Alegre. Serão realizados alguns cruzamentos entre variáveis e, quando apontarem associações estatísticas significativas (através de testes de Chi-quadrado), os respectivos resultados serão detalhados.

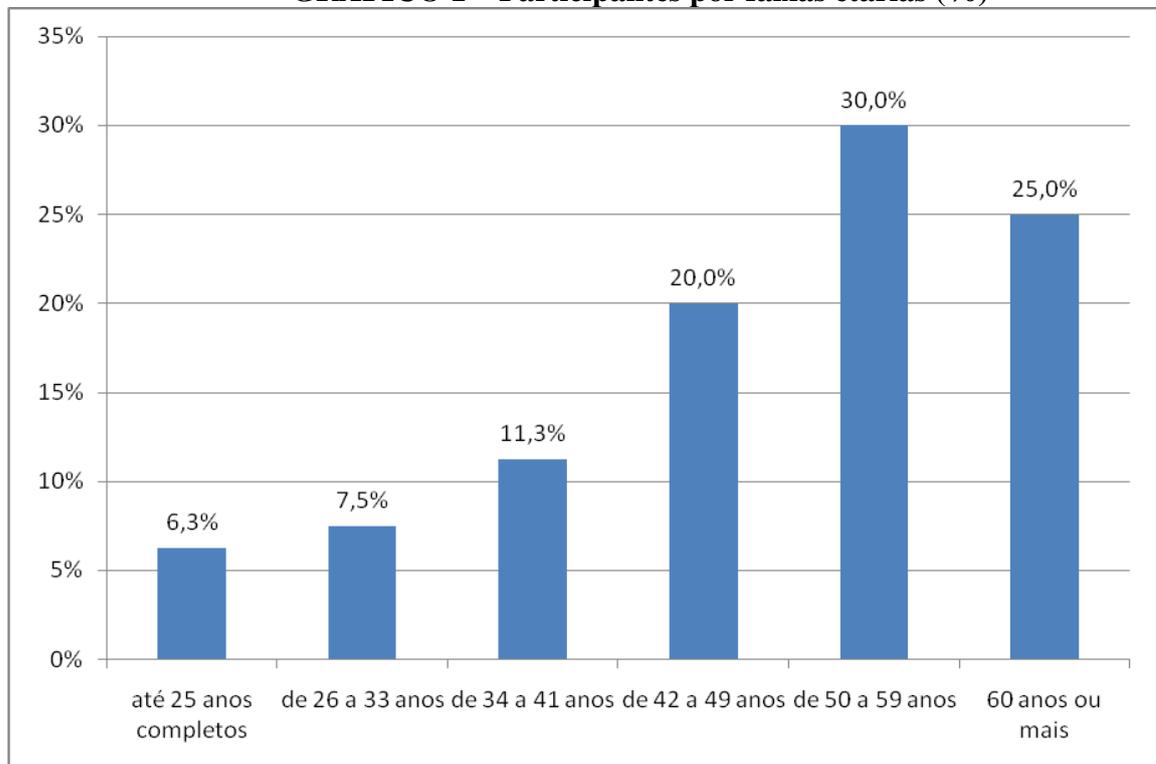
A seguir, os dados apresentados dizem respeito às opiniões em relação ao curso da vida, ao que é ser jovem, à cultura política hegemônica nas reuniões do OP, como os agentes se classificam (em termos de jovens, adultos, idosos etc.) e como o adultocentrismo é incorporado. A perspectiva é a identificação e análise de valores que possam indicar a presença do adultocentrismo como visão social de mundo que esteja interferindo nas dinâmicas de relações entre os e as participantes e na hierarquização entre as gerações nesta esfera pública de co-gestão.

4.1. Perfil da amostra

Primeiramente, cabe destacar alguns aspectos representativos acerca do perfil dos e das respondentes do questionário.

Em relação ao perfil etário, os dados coletados nos questionários foram distribuídos segundo as seguintes faixas de idades³², como ilustra o Gráfico 1:

GRÁFICO 1 – Participantes por faixas etárias (%)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

³² A definição da distribuição de faixas etárias segue a mesma estabelecida na pesquisa produzida por Fedozzi (2007), no sentido de possibilitar possíveis comparações.

Como é possível observar, há uma preponderância de participantes com 50 anos ou mais (somam 55% do total). A média de idade é de 51,5 anos, sendo que na Temática de Cultura esta média é de 47,5 anos; na Região Centro é de 51 anos; e no COP é de 56 anos. Além da média de idade mais baixa, pode-se observar na Tabela 3 que a participação de delegados/as com até 25 anos no Fórum Temático de Cultura (21,4%) é mais de três vezes maior do que na Região Centro (6,9%).

TABELA 3 – Participantes por instância de participação por faixas etárias (%)

Faixa Etária	Instância de Participação			
	Fórum Temático de Cultura	Fórum Regional Centro	Delegadas/os	COP
até 25 anos completos	21,4%	6,9%	11,4%	
de 26 a 33 anos	7,1%	13,8%	11,4%	2,9%
de 34 a 41 anos	14,3%	10,3%	11,4%	11,8%
de 42 a 49 anos	21,4%	17,2%	18,2%	20,6%
de 50 a 59 anos	21,4%	34,5%	31,8%	26,5%
60 anos ou mais	14,3%	17,2%	15,9%	38,2%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Como se pode observar, há uma preponderância de pessoas com 60 anos ou mais (representam 38,2%) no COP, em detrimento da inexistência de pessoas com até 25 anos nesta instância³³.

Quanto à escolaridade, observa-se que a maior parcela é de pessoas que completaram o Ensino Médio (35,4%), seguida por pessoas que frequentaram o Ensino Superior, mas não o completaram (19%), completaram o Ensino Superior ou mais (15,2%), frequentaram o Ensino Médio, mas não o completaram (15,2%), estudaram até a 4ª série (10,1%) e concluíram o Ensino Fundamental (5,1%). Portanto, 69,6% dos/das participantes possui Ensino Médio completo ou mais: dentre as pessoas com até 25 anos, este percentual é de 75%; dentre as pessoas entre 26 e 33 anos, é 83,4%; na faixa entre 34 e 41, é de 77,7%; entre 42 e 49 anos, é de 81,3%; entre 50 e 59 anos, é de 58,3%; e entre as pessoas com mais de 60 anos, é de 65%. Sendo assim, no que diz respeito às relações geracionais, pode-se concluir que a maior participação de pessoas mais velhas em instâncias com maior poder de decisão não pode ser explicada em razão do maior capital escolar – inclusive, o nível de escolarização é menor do que a média apenas entre as pessoas com mais de 50 anos. Por outro lado, dentre os

³³ Os contrastes entre Fórum de Delegados e Delegadas e COP serão analisados posteriormente.

conselheiros/as, o percentual de pessoas que completaram o Ensino Médio ou mais é de 77,8%; e dentre delegadas/os, é de 63,6%, o que indica uma relativa assimetria de condições de acesso às instâncias com maior poder de decisão no que diz respeito ao capital escolar³⁴.

No que diz respeito ao capital econômico, os dados indicam que o maior grupo é o de pessoas com renda mensal familiar de 1 a 3 salários mínimos (38%), seguido por 3 a 5 (30,4%), menos de 1 (12,7%), de 5 a 10 (11,4%), mais de 15 (5,1%) e de 10 a 15 (2,5%). Portanto, 50,7% de participantes que responderam o questionário têm rendas mensais familiares de até 5 salários mínimos. Dentre conselheiras/os, este percentual é de 31,4%; e dentre delegados/as, é de 60%, o que configura uma assimetria de condições de acesso à instância de maior poder de decisão (COP) também no que diz respeito ao capital econômico. No que diz respeito à renda familiar mensal, não foram identificadas diferenças relevantes em relação à distribuição etária.

Quanto à relação com o mercado de trabalho, 35,5% do total tem emprego formal, com carteira assinada (fixo). Entretanto, este percentual é maior no que diz respeito às pessoas com até 25 anos (60% delas), decrescendo ao passo que se amplia a faixa etária (sendo 11,1% entre as pessoas com 60 anos ou mais). Estes dados indicam a possibilidade de que a existência de vínculos formais com o mercado de trabalho possa contribuir para a participação de pessoas com até 25 anos em instituições de participação como o OP, já que as médias nacionais apontam tendências inversas em relação à questão do mercado de trabalho³⁵.

Em relação à distribuição por sexo, no geral, há relativo equilíbrio, com um número ligeiramente maior de mulheres (56,4%) em relação ao de homens (43,6). A assimetria na composição do COP também é observada nesta dimensão: os homens correspondem a 55,9% do COP e as mulheres a 44,1%. Nas instâncias com menor poder de decisão (Fóruns de Delegadas e Delegados), a configuração inverte-se: 62,2% de mulheres e 37,8% de homens. Cabe ainda observar que, no interior de todas as faixas etárias, a única em que os homens são maioria é a que vai dos 42 aos 49 anos (66,7% - o dobro do que mulheres: 33,3%). Inclusive, essa é a principal faixa etária responsável pelo maior número de homens no COP: entre conselheiros/as com idades entre 42 e 49 anos, há 83,3% de homens e 16,7% de mulheres. Mesmo no COP, as mulheres estão em maior número no interior da maioria das outras faixas etárias.

³⁴ De acordo com a recente análise, a assimetria de condições em relação ao capital escolar é agenciada internamente aos grupos etários.

³⁵ Como já referido anteriormente, segundo pesquisa realizada em 2003 pelo Projeto Juventude/Instituto Cidadania (Abramo, Branco, 2005), no Brasil, aproximadamente 36% das pessoas entre 15 e 24 anos trabalha, sendo que, destes e destas, 60% estão no mercado informal.

No que diz respeito ao como se consideram em relação à cor/raça/etnia, a grande maioria (56,4%) se considera branco/a, seguido por preto/a (28,2%), pardo/a (11,5%), amarelo/a/oriental (1,3%), indígena (1,3%) e outra (1,3%). Não se observou diferenças relevantes no que diz respeito aos cruzamentos com instância de participação e distribuição etária.

Sendo assim, pode-se dizer que os maiores percentuais de delegado/as são de pessoas entre 50 e 59 anos (31,8%), mulheres (62,2%), brancas (56,8%), que completaram o Ensino Médio (34,1%) e que têm renda familiar mensal de 1 a 3 salários mínimos (44,4%). Por sua vez, o COP tem seus maiores percentuais nas pessoas com 60 anos ou mais (38,2%), homens (55,9%), brancos (55,9%), que completaram o Ensino Médio (41,7%) e que têm renda familiar mensal de 3 a 5 salários mínimos (37,1,4%).

4.2. Evolucionismo acerca do curso da vida

De forma geral, os dados indicam a reprodução de percepções sociais associando os agentes identificados e/ou que se identificam como adultos/adultas e idosas/idosos, ou mais velhos/as, como mais aptos/as e capazes para desempenhar determinadas atividades, em detrimento dos agentes identificados e/ou que se identificam como jovens, ou mais novos. O evolucionismo é identificado de forma mais expressiva quando analisado a partir do ponto de vista dos agentes em relação às percepções que têm de si: quando avaliam o curso das suas próprias vidas, a crença de que estão individualmente evoluindo (no que diz respeito à qualificação de suas opiniões) com o passar do tempo está presente em mais de três quartos (78,3%) dos/das participantes do OP que responderam o questionário, como ilustra a Tabela 4.

TABELA 4 – Participantes por crença de que suas opiniões estão ficando melhores com o passar dos anos (%)

	Tu consideras que as tuas opiniões estão ficando melhores com o passar dos anos?
Sim	85,5%
Não	1,3%
Talvez	13,2%
Total	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Quando do ponto de vista de uma possível generalização acerca da evolução individual ao longo da vida, este percentual diminui, em que pese ainda ser expressivo em relação ao adultocentrismo objetivado nas respostas: quase metade (43,4%) acredita que quanto mais velhas as pessoas ficam, mais qualificadas se tornam para influenciar na sociedade, e 26.5% considera que talvez³⁶, como demonstra a Tabela 5.

TABELA 5 – Participantes por crença de que quanto mais velhas as pessoas ficam, mais qualificadas se tornam para influenciar na sociedade (%)

	Tu acreditas que quanto mais velhas as pessoas ficam, mais qualificadas se tornam para influenciar na sociedade?
Sim	48,6%
Não	21,6%
Talvez	29,7%
Total	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Neste sentido, o tempo – de participação no OP, em outras organizações sociopolíticas e/ou mesmo o tempo de vida – constituiu-se como um capital, sendo objetivado através de um discurso relacionado à idéia de experiência.

O evolucionismo acerca do curso da vida também se evidencia quando da distinção dos sujeitos de direitos a partir das classificações em termos de estágios e/ou grupos etários. Neste sentido, o direito ao respeito é muitas vezes justificado não na sua universalidade, mas, sim, numa ideia de que pessoas mais velhas tenham atributos especiais que as diferencie (ou justifiquem uma priorização): quando perguntadas sobre os motivos pelos quais as pessoas idosas deveriam ser respeitadas, 72,3% dos/das participantes apresentaram uma ou mais respostas ligadas ao evolucionismo do curso da vida³⁷. Dentre estas respostas, quase metade (47%) parte explicitamente do ponto de vista individual (“um dia eu também serei uma pessoa idosa”³⁸); pouco mais de um terço (37,3%) valoriza principalmente o tempo pretérito das pessoas idosas (“são o nosso passado”); ao passo que pouco mais de um quarto (25,3%)

³⁶ Cabe destacar que esta redução percentual (entre o evolucionismo individual e a crença de que quanto mais velhas as pessoas ficam, mais qualificadas se tornam para influenciar na sociedade) possivelmente também expresse uma visão adultocêntrica, já que as pessoas tidas como idosas são hoje muitas vezes desvalorizadas do ponto de vista do tempo presente, em detrimento das tidas como adultas, como indica Debert (2004).

³⁷ Tratava-se de uma pergunta com possibilidade de múltiplas respostas.

³⁸ É possível analisar esta posição não como expressão da descentração, ou role taking (do colocar-se no lugar do outro como portador de direitos iguais), mas, sim, do estabelecimento de uma troca com o outro a partir de um interesse antecipado, como uma espécie de investimento (“eu respeito hoje as pessoas idosas, pois espero que, quando assim eu estiver, também mereça respeito”). Sendo assim, as percepções evolucionistas acerca do curso da vida possivelmente constituam-se como legitimadoras da negação ou relativização do direito ao respeito às pessoas entendidas como jovens, já que estas estariam vivendo em uma espécie de estágio inferior, que inclusive não poderia ser revivido pelas pessoas que considerem já tê-lo ultrapassado.

considera que “as pessoas idosas sabem mais sobre as coisas”³⁹. Estes dados podem ser observados na Tabela 6.

TABELA 6 – Participantes por justificação dos motivos pelos quais as pessoas idosas devem ser respeitadas (%)

	Na tua opinião, as pessoas idosas devem ser respeitadas por quê? (assinale até duas alternativas)
Um dia eu também serei uma pessoa idosa	47,0%
As pessoas idosas sabem mais sobre as coisas	25,3%
As pessoas idosas são o nosso passado	37,3%
Outra resposta	22,9%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

4.3. Percepções adultocêntricas sobre juventude

Levando-se em conta os dados apresentados em relação às expressões do evolucionismo do curso da vida, a ideia de que as pessoas tidas como jovens são o futuro, os cidadãos e as cidadãs de amanhã – e não do presente, como sujeitos plenos de direitos –, aparece articulada a estrutura de oposições e assimetrias geracionais típicas do adultocentrismo.

Quando perguntadas sobre o que significa ser jovem, mais da metade (56,6%) das pessoas que responderam o questionário associa a idéias relacionadas ao futuro, a um tempo de preparação. Dentre as respostas categorizadas desta forma, considera-se ter respondido uma ou mais das seguintes⁴⁰: “futuro da sociedade” (37,3%), “renovação necessária da sociedade” (21,7%), “aprendizagem e preparação para os compromissos da vida adulta” (24,1%), “momento de descobertas” (13,3%) e/ou “ter menos responsabilidade do que as pessoas mais velhas” (10,8%) (Tabela 7).

Quase metade (49,4%) dos/das participantes que responderam o questionário acredita que ser jovem significa ter uma ou mais características ligadas a uma espécie de “estado de espírito”, a algum ou mais tipos de comportamento (o que não significa, necessariamente, que

³⁹ O percentual mais reduzido de pessoas que acreditam que “as pessoas idosas sabem mais sobre as coisas” (25%), em comparação às outras respostas, indica novamente a hipótese sustentada anteriormente sobre a desvalorização de pessoas tidas como idosas. Inclusive, as outras duas respostas descritas acima podem indicar a percepção de que as pessoas tidas como idosas encontrar-se-iam no final da vida, já tendo passado por uma espécie de ápice, de pico intelectual, laboral etc.

⁴⁰ Esta pergunta permitia múltiplas respostas. Portanto, no agrupamento acima citado considera-se ter respondido uma ou mais das alternativas em questão.

estas características estariam desligadas de um específico período da vida). Dentre as respostas categorizadas desta forma, considera-se ter respondido uma ou mais das seguintes⁴¹: “ter mais disposição para novidades” (30,1%), “não importa a idade: uma pessoa com 70 anos pode ser jovem” (20,5%), “usar roupas e gírias ‘descoladas’” (2,4%), “andar com outras pessoas jovens” (2,4%), “acreditar mais nas coisas” (12%), “ser rebelde” (1,2%) e/ou “momento de crises” (1,2%) (Tabela 7).

TABELA 7 – Participantes por opinião sobre o que é ser jovem (%)

	Na tua opinião, ser jovem significa: (assinale até quatro alternativas)
Ter menos responsabilidade do que as pessoas mais velhas	10,8%
Ter mais disposição para novidades	30,1%
Andar com outras pessoas jovens	2,4%
Usar roupas e gírias “descoladas”	2,4%
Ser rebelde	1,2%
Ter necessariamente que estudar	15,7%
Ter necessariamente que trabalhar	4,8%
Ser o futuro da sociedade	37,3%
Ser a renovação necessária da sociedade	21,7%
Uma fase de aprendizagem e preparação para os compromissos da vida adulta	24,1%
Ter uma determinada idade (exemplo: mais de 15 e menos de 30 anos)	3,6%
Não importa a idade para ser jovem: uma pessoa com 70 anos pode ser jovem	20,5%
Acreditar mais nas coisas	12,0%
Um momento de crises	1,2%
Um momento de descobertas	13,3%
Um momento de ingenuidade	
Outra resposta	1,2%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Quase três quartos (73,5%) das/dos participantes do OP que responderam o questionário classifica de alguma forma ou de outra o que é ser jovem (respondendo uma ou mais das alternativas acima⁴²). Portanto, a partir dos dados produzidos, identifica-se a ideia de juventude como um valor que mobiliza percepções e agencia distinções entre os agentes sociais neste contexto.

⁴¹ Esta pergunta permitia múltiplas respostas. Portanto, no agrupamento acima citado considera-se ter respondido uma ou mais das alternativas em questão.

⁴² Esta pergunta permitia múltiplas respostas. Portanto, no agrupamento acima citado considera-se ter respondido uma ou mais das alternativas em questão.

Diz o ditado popular que “errar é humano”; entretanto, para quase dois terços (65,1%) de participantes do OP que responderam o questionário, jovens cometem erros em razão do estágio em que se encontram no suposto curso evolutivo da vida. As respostas categorizadas desta forma são: “demoram a aprender importantes lições que só o tempo nos traz” (39,8%) e “não escutam as pessoas mais velhas” (38,8%)⁴³. Somando-se ao número de pessoas que responderam “jovens são muito inconsequentes e irresponsáveis” (24,1%), o número de pessoas que explicam os erros de jovens em função de uma ou mais suposta característica negativa e/ou desfavorável da condição juvenil chega a mais de três quartos (77,1%) (Tabela 8).

TABELA 8 – Participantes por motivos pelos quais jovens cometem erros (%)

	Na tua opinião, qual(uais) motivo(s) leva(m) jovens a cometer erros? (assinale até duas alternativas)
Demoram para aprender importantes lições que só o tempo nos traz	39,8%
São muito inconsequentes, irresponsáveis	24,1%
Não escutam as pessoas mais velhas	38,8%
Outra resposta	13,3%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

4.4. Modelo hegemônico de participação

Sendo o OP constituído por inúmeras diferenças culturais, saberes e modos de expressão, boa parte dos/das participantes que responderam o questionário não pratica o uso da língua portuguesa em seu padrão normativo ou “culto”. A forma coloquial e até mesmo gramaticalmente incorreta é usual nas interações discursivas observadas no OP em todas as suas instâncias. Mesmo assim, metade (50%) desaprova “jovens de usarem suas gírias em reuniões do OP” (35,1%) ou considera que “talvez” possam usar (14,9%). A outra metade (50%) aprova. Isso, provavelmente, demonstra baixa tolerância com a diversidade cultural e a vigência de uma concepção homogeneizante da participação (Tabela 9).

⁴³ Esta pergunta permitia múltiplas respostas. Portanto, nos agrupamentos acima citados considera-se ter respondido uma ou mais das alternativas em questão.

TABELA 9 – Participantes por faixas etárias por opinião quanto à possibilidade de jovens usarem suas gírias (%)

Faixa Etária	Tu achas que jovens podem usar suas gírias em reuniões do OP, mesmo que não ofendam ninguém?			Total
	Sim	Não	Talvez	
até 25 anos completos	20,0%	60,0%	20,0%	100,0%
de 26 a 33 anos	50,0%	50,0%		100,0%
de 34 a 41 anos	62,5%	25,0%	12,5%	100,0%
de 42 a 49 anos	42,9%	21,4%	35,7%	100,0%
de 50 a 59 anos	47,8%	39,1%	13,0%	100,0%
60 anos ou mais	62,5%	31,3%	6,3%	100,0%
Total	50,0%	35,1%	14,9%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Destes dados, é também relevante identificar que o único grupo etário preponderantemente contrário ao uso de gírias por parte de jovens é o de até 25 anos, hegemonicamente associado justamente como de jovens na sociedade. Portanto, como será abordado posteriormente, possivelmente trate-se de incorporação do adultocentrismo.

Quando perguntadas se consideram as reuniões do OP atrativas para jovens, apenas 12,9% respondeu positivamente. Para a grande maioria (86,6%), as reuniões não são atrativas (47,8%) ou são em parte (38,8%) (Tabela 10).

TABELA 10 – Participantes por faixa etária por opinião quanto às reuniões do OP serem atrativas para jovens ou não (%)

Faixa Etária	Tu achas que as reuniões do OP são atrativas para jovens?			Total
	Sim	Não	Em parte	
até 25 anos completos	40,0%	40,0%	20,0%	100,0%
de 26 a 33 anos		50,0%	50,0%	100,0%
de 34 a 41 anos		37,5%	62,5%	100,0%
de 42 a 49 anos		53,8%	46,2%	100,0%
de 50 a 59 anos	28,6%	33,3%	38,1%	100,0%
60 anos ou mais	6,7%	53,3%	40,0%	100,0%
Total	12,9%	47,8%	38,8%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Novamente, identifica-se uma diferença relevante entre as pessoas com até 25 anos das demais: dois quintos considera as reuniões atrativas para jovens. Como será abordado a seguir, a maioria dos e das participantes que responderam o questionário e se encontram na faixa etária tida como jovem, não se identifica assim (como jovem). Portanto, pode-se reforçar a hipótese da adequação estratégica ao modelo hegemônico, com baixa resistência.

Em contrapartida, do total, a maioria (51,9%) avalia as reuniões do OP como “legais”, apenas 5,2% considera “chatas”, ao passo que 42,9% considera “nem chatas e nem legais” (Tabela 11). Dentre as pessoas que consideram as reuniões “legais”, numa expressiva oposição simbólica, quase a metade (47,1%) avalia que não são atrativas para jovens e apenas 17,6% acha que são, sendo que 35,3% considera que são em parte.

TABELA 11 – Participantes por faixa etária por avaliação das reuniões do OP (%)

Faixa Etária	Na tua opinião, no geral, as reuniões do OP são:			Total
	Chatas	Legais	Nem chatas, nem legais	
até 25 anos completos		40,0%	60,0%	100,0%
de 26 a 33 anos	16,7%		83,3%	100,0%
de 34 a 41 anos		75,0%	25,0%	100,0%
de 42 a 49 anos	6,7%	46,7%	46,7%	100,0%
de 50 a 59 anos	4,3%	47,8%	47,8%	100,0%
60 anos ou mais	5,9%	70,6%	23,5%	100,0%
Total	5,2%	51,9%	42,9%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Estes dados indicam fortemente a possibilidade da existência de um hegemônico sistema simbólico orientador das práticas (discursivas, corporais etc.) realizadas no OP, organizando a ritualização de reuniões, assembleias e outras relações entre participantes. Este modelo normativo possivelmente seja contrário às linguagens e demais expressões culturais de boa parte das pessoas consideradas e que se consideram jovens. Da mesma forma, o modelo hegemônico que vigora no OP pode estar desestimulando a participação de outros segmentos sociais em razão de sua diversidade cultural⁴⁴.

⁴⁴ Além das distinções geracionais, poder-se-ia ainda aventar a hipótese de um conjunto de outras classificações sociais desfavorecidas com a reprodução de hegemônicos sistemas simbólicos no OP, como as provenientes das relações de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, região de moradia, capital escolar, categoria profissional etc.

4.5. Auto-identificação ou imposição de classificações etárias?

Como foi abordado em capítulos anteriores, os estágios do curso da vida são arbitrários (produtos de construções sociais), de tal forma que muitas vezes não são reconhecidos como tais pelos agentes a quem supostamente representariam. Estas classificações são objetos de disputas de poder, constituindo-se como dispositivos de disciplinarização. Neste sentido, o Estado brasileiro classifica a categoria social juventude como composta por indivíduos compreendidos na faixa etária entre 15 e 29 anos⁴⁵; por sua vez, nos marcos legais, idosa é a pessoa com mais de 60 anos⁴⁶. Entretanto, os dados produzidos no OP de Porto Alegre indicam que estes marcadores hegemonicamente não são reconhecidos desta forma pelas pessoas a quem pretensamente representam. Como pode ser observado na Tabela 12, entre as pessoas com idades de 16 a 29 anos, 62,5% não se considera jovem. Dentre as com mais de 60 anos, apenas metade (50%) se considera idosa/idoso. A única categoria que conta com a maioria (87,8%) de pessoas correspondendo entre auto-identificação e definição pelo Estado em termos de faixa etária é a de adultos/adultas. Do total, quase três quartos se considera adulta (74,7%).

TABELA 12 – Participantes por faixa etária por auto-identificação (%)

Faixa Etária	Como tu te consideras?						Total
	Criança	Jovem	Adulto/ adulta	Idoso / idosa	Nenhuma das alternativas	Outro	
até 29 anos completos		37,5%	50,0%		12,5%		100,0%
de 30 a 59 anos	2,0%	4,1%	87,8%	2,0%	2,0%	2,0%	100,0%
mais de 60 anos			50,0%	50,0%			100,0%
Total	1,3%	6,7%	74,7%	13,3%	2,7%	1,3%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

4.6. Incorporação do adultocentrismo

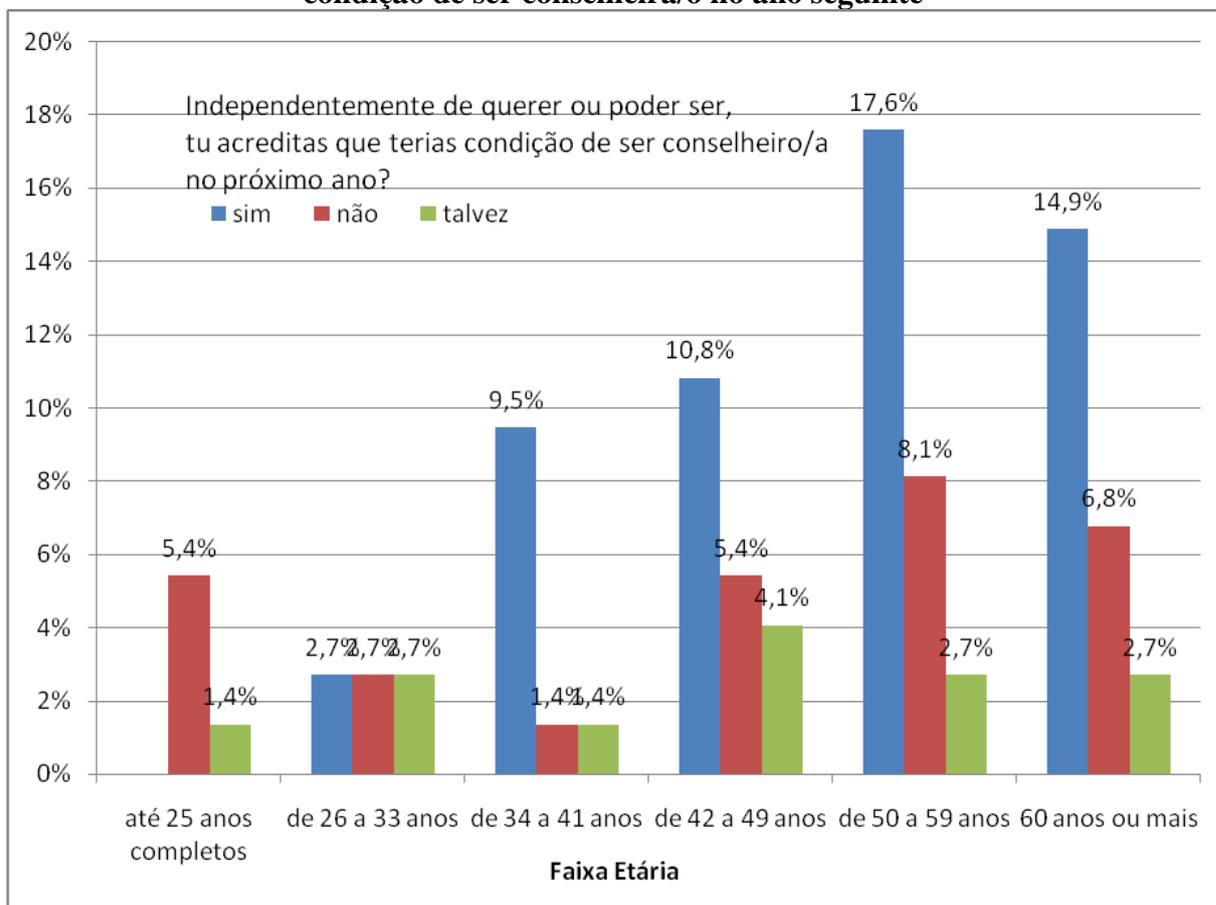
Como a construção social adultocêntrica é incorporada pelos agentes ora dominados – a legitimação é o fundamento principal da dominação (Weber, 2000) –, os dados apontam

⁴⁵ Conforme Lei que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude (Brasil, 2005)

⁴⁶ Conforme Estatuto do Idoso (Brasil, 2003).

uma relação direta entre menor faixa etária e menor sentimento de capacidade de atuação em instâncias representativas com maior poder de decisão. Quando perguntadas se acreditam ter condições de atuar como representantes no COP (instância máxima de decisão), independente de querer ou poder ser conselheiro/a, nenhuma das pessoas com idade até 25 anos respondeu positivamente. Apenas a partir da faixa etária entre 34 e 41 anos o percentual de pessoas que acreditam ter condições (de ser conselheira/o) começa a ser maior do que o número de pessoas que acreditam não ter condições, como indica o Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – Participantes por faixas etárias por crença na condição de ser conselheira/o no ano seguinte

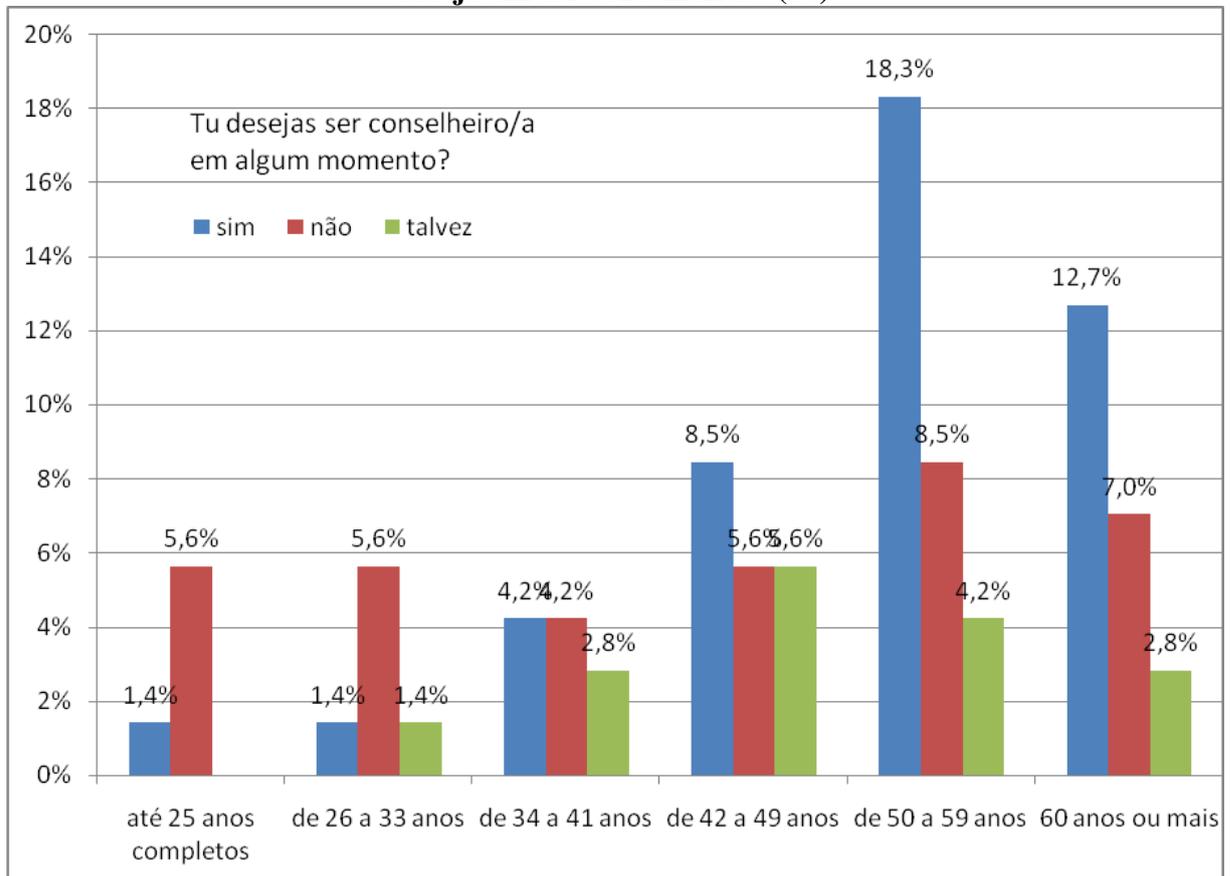


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

O adultocentrismo também é incorporado do ponto de vista da construção do interesse na participação em instâncias com maior atribuição de poder, como pode ser observado no Gráfico 3: quanto menor é a idade, menor é o desejo em participar do COP. Nas idades compreendidas até 25 anos, 80% das pessoas não têm interesse; entre 26 e 33, esse percentual é de 66,7%. Entre 34 e 41 anos, o número de pessoas com desejo de atuar como conselheiras é igual ao número de pessoas que não desejam (37,5%, sendo que 25% afirmam que talvez teriam desejo). A partir da faixa etária entre 42 e 49 anos, a maior parte das pessoas

tem interesse, sendo que o percentual se amplia conforme mais altas as faixas etárias dos/das entrevistados/das.

GRÁFICO 3 – Participantes por faixas etárias por desejo em ser conselheira/o (%)



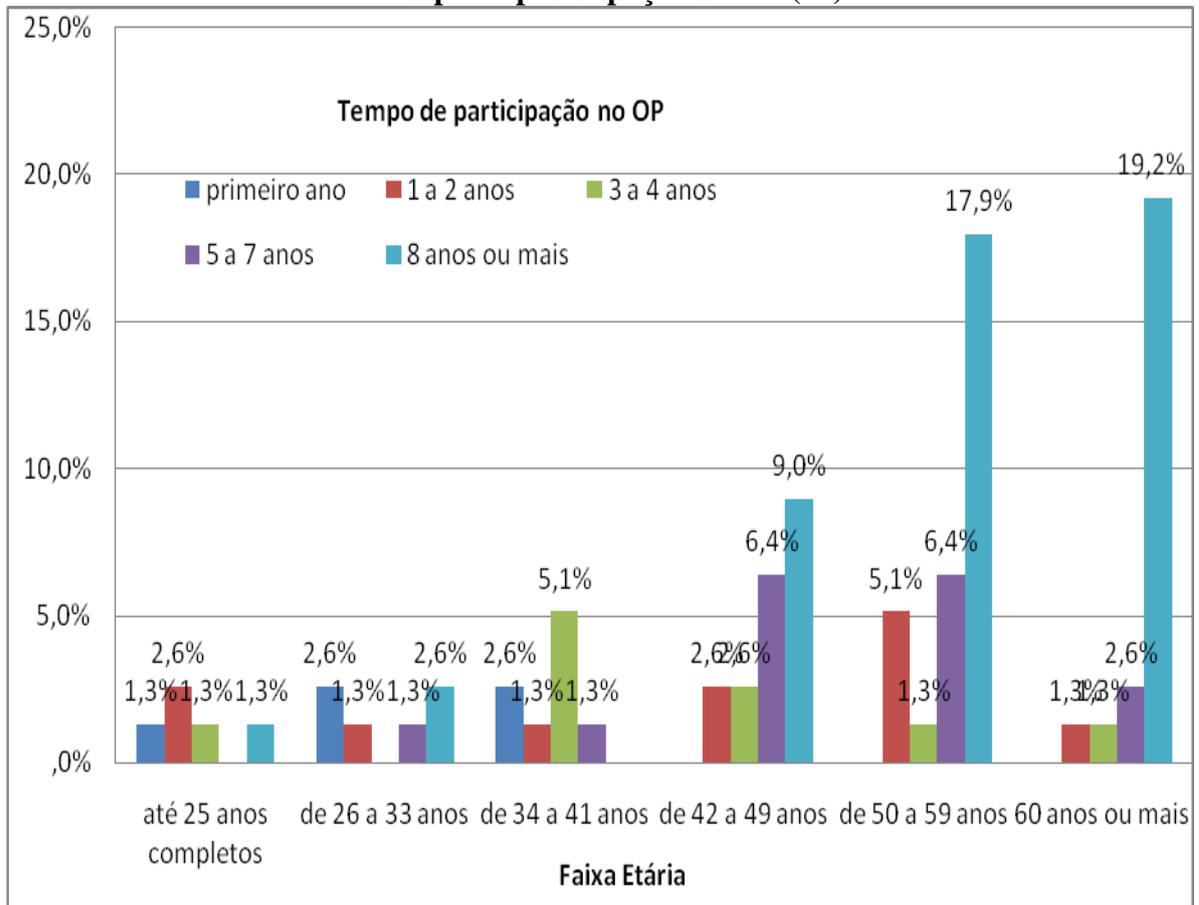
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Os dados apresentados até então evidenciam a forte presença do adultocentrismo no OP de Porto Alegre. Mesmo assim, com base nos resultados produzidos com a investigação, não é possível afirmar que as pessoas entendidas e que se entendem como jovens, integrantes em algum momento do OP, estariam mais inclinadas a não mais participar desta esfera pública de co-gestão, seja em razão do adultocentrismo ou mesmo em razão de outros fatores. Entretanto, pode-se perceber que, entre os e as participantes que responderam o questionário, há uma associação estatisticamente significativa ($p = 0,001$) (Apêndice B) entre faixa etária e tempo de participação, de tal forma que quanto mais novas, há menos tempo atuam no OP, como pode ser observado no GRÁFICO 4. Como os dados produzidos em outras pesquisas indicam⁴⁷ certa regularidade no percentual de participantes segundo as distribuições etárias ao passar dos ciclos do OP, há fortes indícios de que a participação das pessoas situadas em

⁴⁷ Como em Fedozzi (2007).

faixas etárias mais baixas seja marcada pela menor permanência no OP, em comparação com as pessoas de faixas etárias maiores.

GRÁFICO 4 – Participantes por faixa etária por tempo de participação no OP (%)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Em síntese, os dados indicam que a participação de agentes entendidos como jovens é desestimulada, e de alguma forma até combatida, mesmo que implicitamente, tanto em termos da ideia de que não estão preparados (não têm “experiência”), quanto à sua inadequação aos sistemas simbólicos hegemônicos no dispositivo de participação – ambas expressões do adultocentrismo fortemente presente no OP de Porto Alegre.

5. GERONTOCRACIA COMO OBSTÁCULO AO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE

A seguir, serão apresentados e analisados dados empíricos relativos às hierarquizações e às configurações de posições nas instâncias de decisão no que diz respeito às faixas etárias. Além disto, serão abordados aspectos que se relacionam com o desenho institucional, com os procedimentos adotados para tomada de decisões e com as regras que orientam as disputas de posições, no sentido de testar a hipótese da reprodução da gerontocracia como tipo de dominação e, portanto, como obstáculo ao aprofundamento da democracia no OP.

5.1. Adultocentrismo e hierarquização de posições

Os dados recém apresentados indicaram a presença de visões e práticas adultocêntricas no contexto do OP de Porto Alegre. Por outro lado, identifica-se a preocupação discursiva com a necessidade da participação de jovens: a grande maioria (94,8%) das e dos participantes que responderam a pesquisa considera importante (55,3%) ou extremamente necessária (39,5%) a participação de jovens⁴⁸ (3,9% considera mais ou menos importante e 1,3% acha que jovens deveriam ser proibidas/os). Ainda assim, a percepção de 73,0% dos/das respondentes é de que a quantidade de jovens participantes no OP é muito pouca (48,6%) ou pouca (24,3%) (20,3% considera regular, 4,1% avalia como satisfatória e 2,7% como bastante). Entretanto, os dados evidenciam uma contradição na relação entre estes dois pontos de vista e o posicionamento dos agentes diante de uma hipotética situação-problema: caso duas pessoas estivessem concorrendo ao COP e apresentassem opiniões aparentemente iguais, 37,5% afirma que votaria na pessoa mais velha, percentual quase três vezes maior do que o de quem optaria pela mais nova (13,9%) (48,6% apresentou outra resposta). Portanto, o adultocentrismo constitui-se como terreno ideológico de legitimação e reprodução da dominação de tipo gerontocrática.

⁴⁸ Conversas realizadas com participantes ao longo da pesquisa indicaram principalmente a ideia de que, para estes/estas, a participação de jovens se faz importante no sentido de que exercitem a cidadania e aprendam como atuar no OP, o que não significa que necessariamente em condições de equidade com participantes mais velhas/os.

É importante ainda destacar que, mesmo escolhendo a pessoa mais velha ou a mais nova, mais da metade (51,4%) das/dos respondentes orientaria a sua decisão apenas por um destes critérios.

5.2. Preponderância etária no COP

Sendo o OP marcado por valores adultocêntricos que, dentre outros aspectos, orientam a tomada de posição de quase um terço de participantes em situações-problemas, e que, inclusive, são incorporados por pessoas em faixas etárias mais baixas (como indicaram os dados, a maioria não se sente em condições e não tem desejo de atuar como conselheiro/a), a composição de sua principal instância de decisão, o COP, obedece a classificação etária. A análise das informações produzidas no âmbito da investigação aponta que, como pode ser observado na Tabela 13, quanto maior a idade, maiores as condições de acesso ao COP, em que pese o teste Chi-quadrado não tenha indicado que se trate de associação estatisticamente significativa ($p = 0,087$) (Apêndice C). A assimetria observada chega ao ponto de não ter sido identificada nenhuma pessoa com idade inferior a 33 anos eleita como conselheira e, em posição oposta, dentre as pessoas com 60 anos ou mais, a grande maioria (65%) é composta por conselheiras (e 35% são delegadas). Além disto, cabe ressaltar que o conjunto de conselheiro/as com mais de 60 anos corresponde a 16,7% do total da amostra, atrás apenas do grupo de delegada/os com idades entre 50 e 59 anos, que corresponde a 17,9%.

TABELA 13 – Participantes por instância por faixa etária (%)

Faixa Etária	No OP deste ano, tu estás participando na condição de:		Total
	Conselheira/o	Delegado/a	
até 25 anos completos		11,4%	6,4%
de 26 a 33 anos	2,9%	11,4%	7,7%
de 34 a 41 anos	11,8%	11,4%	11,5%
de 42 a 49 anos	20,6%	18,2%	19,2%
de 50 a 59 anos	26,5%	31,8%	29,5%
60 anos ou mais	38,2%	15,9%	25,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

5.3. Gerontocracia e democracia deliberativa

A análise dos dados qualitativos produzidos através da investigação realizada junto às reuniões (especialmente junto às Assembléias) e sobre o Regimento Interno (instrumento que normatiza o processo) aponta para a reflexão de que algumas dimensões estruturantes do OP de Porto Alegre são contrárias a sua identificação como esfera pública baseada nos princípios da democracia deliberativa, pois favorecem condições para a reprodução de valores adultocêntricos e exercício da gerontocracia como tipo de dominação. Segundo Silva (2004, p. 2),

Em termos genéricos, podemos afirmar que a democracia deliberativa assenta sobre um conjunto de pressupostos que a distinguem doutras teorias concorrentes. Em primeiro lugar, a sua insistência na noção de **“debate racional”** enquanto procedimento político por excelência, **em vez da noção de “compromisso entre interesses divergentes”**. Em segundo lugar, como sublinha Jon Elster, **ao invés dum acto privado** como é o voto, a democracia deliberativas aposta num **acto público** enquanto acto político por excelência – a **troca livre e pública de argumentos**. Em terceiro e último lugar, a ideia de que se trata de deliberação realmente democrática, no sentido de que incorpora princípios essenciais do ideário democrático, como sejam a **igualdade política de todos os participantes** e a **sensibilidade ao interesse público**. (grifos meus)

Neste sentido, a configuração institucional e os procedimentos definidos para tomada de decisões no âmbito do ciclo do OP não parecem favorecer os critérios acima mencionados, dando margem para o exercício de ações motivadas por interesses particulares ou corporativistas e para a constituição de uma representatividade política e cultural pouco pluralista.

No que tange aos procedimentos para composição do COP (realizados na primeira etapa do processo: nas Assembléias), observa-se que estes são orientados, fundamentalmente, em vista da construção de compromissos entre interesses divergentes (e, evidentemente, valores hegemônicos), já que o COP é uma instância pouco representativa (são eleitas 4 pessoas dentro de universos que, por vezes, chegam a ultrapassar mil participantes, representando diversos e muitas vezes opostos interesses). As eleições de conselheiras/os são realizadas através de voto secreto (portanto, um ato privado ancorado no pressuposto da maioria). E, ainda, pode-se afirmar que as Assembléias não permitem a troca livre de opiniões, em razão de que, mesmo tendo a possibilidade de fala, os e as participantes são limitados/as a uma intervenção por pessoa que ocorre, em geral, no limite de dez inscritos

para falar em cada assembléia, portanto, sem as condições para a realização de diálogos abertos.

Em um contexto fortemente marcado pelo adultocentrismo, esses fatores dificultam ainda mais a participação de pessoas tidas e que se entendem como jovens. Quando participam, os dados indicam que esta participação não se realiza em condições de igualdade.

5.4. Experiência como capital *versus* ampliação do exercício da cidadania

Os dados indicam que algumas regras do processo favorecem a reprodução da gerontocracia. Dentre estas, considera-se que a possibilidade de permanência dos/das mesmas/os representantes por tempo indeterminado na principal instância de decisão (o COP) desestimula pessoas com menor idade de participar em razão da crença de que têm menos experiência e, assim, não têm condições de atuar no referido espaço. A própria regra privilegia a imagem do COP como um espaço destinado apenas a pessoas com bastante experiência (valor hegemonicamente associado às pessoas consideradas adultas e idosas).

Perguntadas sobre as condições necessárias para que alguém pudesse ser conselheiro ou conselheiras, 24,1% das/dos participantes que responderam o questionário considera indispensável ter bastante experiência no OP (88% julga indispensável conhecer as necessidades da sua região/temática/cidade; 9,6% considera viver há vários anos na região/temática/cidade; 18,1% acredita que é fundamental ter demandas importantes; e 3,6% respondeu outra questão⁴⁹). Desta forma, os dados indicam que experiência é um capital simbólico importante na configuração de hierarquizações entre posições no OP.

Apesar de que apenas pouco menos de um quarto tenha apontado que considera a existência de experiência no OP como indispensável para que alguém seja eleita/o ao COP, verifica-se uma associação estatisticamente significativa ($p = 0,003$) (Apêndice D) entre tempo de participação no OP e instância representativa do mesmo (Fórum de Delegadas/os ou COP). A Tabela 14 mostra que quase três quartos (71,4%) do COP é composto por pessoas que participam do OP a 8 anos ou mais⁵⁰.

⁴⁹ Tratava-se de uma pergunta com possibilidade de resposta múltipla.

⁵⁰ Dentre as pessoas que participam do OP a 8 anos ou mais, 62,5% atua como conselheiro/a neste ano.

TABELA 14 – Participantes por instância por tempo de participação (%)

Tu participas a quanto tempo do OP?	No OP deste ano, tu estás participando na condição de:		Total
	Conselheira/o	Delegado/a	
Primeiro ano		11,4%	6,3%
1 a 2 anos	2,9%	25,0%	15,2%
3 a 4 anos	8,6%	11,4%	10,1%
5 a 7 anos	17,1%	18,2%	17,7%
8 anos ou mais	71,4%	34,1%	50,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

A importância destes dados no âmbito do problema de pesquisa reside também na hipótese de que o adultocentrismo constitua-se como discurso ideológico legitimador da reprodução de elites no interior do OP, pois é objetivado principal na ideia de experiência como capital simbólico.

Cabe ressaltar que, esta forma, a alternância no poder é desestimulada, configurando-se como um importante obstáculo à possibilidade de que esta inovação institucional participativa amplie seu impacto junto à cidade do ponto de vista pedagógico acerca do exercício da cidadania. Esta dimensão é evidenciada em dados complementares representados pela Tabela 15: a grande maioria (88,2%) das pessoas que hoje estão em posição de representação junto ao COP já havia atuado como conselheira em outro ano, ao passo que a grande maioria das que participam como delegadas nunca foram (79,1%).

TABELA 15 – Participantes por instância por já ter sido conselheiro/a ou não em outro ano (%)

No OP deste ano, tu estás participando na condição de:	Tu já foste conselheiro ou conselheira em outro ano?		Total
	Sim	Não	
Conselheira/o	88,2%	11,8%	100,0%
Delegado/a	20,9%	79,1%	100,0%
Total	50,6%	49,4%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados coletados

Os dados empíricos indicam que a maior parte de representantes do COP não foi renovada pelo menos no último ciclo, ao passo que é menor o número de pessoas que já tenham exercido a participação na condição de conselheiras em algum momento e depois retornaram a participar como delegadas (11,8% do total).

Resumidamente, os dados produzidos indicam que a presença da dominação gerontocrática na distribuição das posições hierárquicas a partir das faixas etárias. Além disto, percebe-se nos elementos institucionais, procedimentais e normativos aspectos favoráveis à reprodução da dominação geracional, sendo desfavorecida a atuação de pessoas mais novas e tidas como jovens nas instituições dotadas de maior poder de decisão e, portanto, ao aprofundamento da democracia e ampliação social do exercício da cidadania no âmbito do OP de Porto Alegre.

6. CONCLUSÃO

Os dados produzidos indicam que a hipótese da investigação é dotada de potencial heurístico em relação ao problema de pesquisa.

Primeiramente, uma série de elementos indica a presença de valores adultocêntricos na estrutura simbólica agenciadora das relações exercidas entre as gerações no contexto do Orçamento Participativo de Porto Alegre. O adultocentrismo é identificado nas percepções dos e das participantes pesquisados/as acerca do curso da vida, este entendido hegemonicamente como um processo evolutivo, marcado por estágios fixos. Tal análise parte, dentre outros dados, da crença de mais de três quartos (78,3%) dos/das respondentes de que estão individualmente evoluindo (no que diz respeito à qualificação de suas opiniões) com o passar do tempo; e de que quase metade (43,4%) acredita que quanto mais velhas as pessoas, mais elas ficam qualificadas para influenciar na sociedade.

A partir da concepção evolucionista, são estabelecidas hierarquias de poder entre as gerações no que tange às posições em que se encontram no mapa de classificações acerca das trajetórias de vida. Por um lado, as pessoas mais velhas seriam tidas como sujeitos de direitos especiais: 72,3% dos/das participantes apresentaram uma ou mais respostas ligadas ao evolucionismo do curso da vida como motivos pelos quais as pessoas idosas deveriam ser respeitadas por seus atributos específicos (e não como portadoras de direitos universais).

Por outro, jovens são compreendidas/os como estando em um estágio de preparação, de aprendizado, mas não de condições plenas de exercício responsável da cidadania, o que caberia às pessoas tidas como adultas, idosas ou simplesmente mais velhas. Esta análise é nítida quando da crença presente em mais de três quartos (77,1%) das/dos participantes de que

os erros cometidos por jovens se devem a uma ou mais suposta característica negativa e/ou desfavorável da condição juvenil. Para mais da metade (56,6%) da amostra, ser jovem está relacionado a idéias ligadas ao futuro, a um tempo de preparação. De qualquer forma, um dos dados que confirmam a existência de valores essencialistas na definição de juventude é o de que quase três quartos (73,5%) de respondentes classifica, de uma forma ou de outra, o que é ser jovem. Portanto, a dominação geracional gerontocrática se legitima com a naturalização do arbitrário, em um discurso de verdade que é a sua própria afirmação através de diferentes estratégias, e, portanto, a se reproduz.

Imbricados nestes aspectos, o adultocentrismo apresenta-se também na reprodução de um modelo hegemônico de participação: metade (50%) da amostra desaprova jovens de usarem suas gírias em reuniões do OP (35,1%) ou considera que talvez possam usar (14,9%). Este dado talvez contribua para a compreensão do por que a grande maioria (86,6%) considera que as reuniões não são atrativas para jovens (47,8%) ou são em parte (38,8%). A oposição entre um modelo tido como adulto e outro tido como jovem se expressa no fato de que dentre as pessoas que consideram as reuniões legais (51,2%), quase a metade (47,1%) avalia que não são atrativas para jovens, e apenas 17,6% acha que são. Para Bourdieu (1993b, p. 169),

em consequência da relação que une o sistema das diferenças lingüísticas ao sistema das diferenças econômicas e sociais, os produtos de certas competências trazem um *lucro de distinção* somente na medida em que não se trate de um universo relativista de diferenças capazes de se relativizarem mutuamente, mas de um universo hierarquizado de desvios em relação a uma forma de discurso reconhecida como legítima.

Outro dado relevante é o de que a maioria (74,7%) se considera adultos/as, mesmo entre as pessoas que, segundo critérios etários adotados pelo Estado brasileiro, são jovens ou idosas: entre as pessoas com idades de 16 a 29 anos, 62,5% não se considera jovem; dentre pessoas as com mais de 60 anos, apenas metade (50%) se considera idosa/idoso. Destes dados, pelo menos três hipóteses podem ser levantadas: os/as participantes se adéquam estrategicamente ao adultocentrismo hegemônico; a percepção de que o OP é um espaço fortemente associado à vida adulta efetivamente desestimula a participação de agentes que se auto-identificam como jovens; e/ou as classificações etárias não correspondem, de modo

geral, às percepções que as pessoas têm de si (portanto, uma classificação normativa que desconsidera a auto-definição de um bom número de agentes não somente no OP⁵¹).

Entretanto, mesmo que a maioria se considere adulta, os dados indicam a possibilidade de que as pessoas mais novas incorporem o adultocentrismo em seus universos simbólicos, orientando suas estruturas de disposições duráveis (*habitus*): nenhuma das pessoas com idade até 25 anos acredita ter condições de atuar como representantes no COP (o percentual de pessoas que acreditam ter condições começa a ser maior do que o número de pessoas que acreditam não ter somente a partir da faixa etária entre 34 e 41 anos). Além disto, os dados indicaram que quanto menor é a idade, menor é o desejo em participar do COP: entre as pessoas com até 25 anos, 80% não tem interesse em ser conselheira ou conselheiro; entre 26 e 33 anos, esse percentual é de 66,7%. Apenas a partir da faixa etária entre 42 e 49 anos é maior o percentual de pessoas com interesse em atuar no COP.

Deste conjunto de dados, é possível crer que a participação de pessoas tidas como jovens é desestimulada, hipótese ainda mais reforçada com a identificação de associação estatisticamente significativa ($p = 0,001$)⁵² no cruzamento das variáveis tempo de participação no OP e faixa etária: quanto mais novas, há menos tempo atuam no OP. Portanto, provavelmente haja um maior número de saída do processo quanto menores as idades.

Além de evidenciar a presença do adultocentrismo como valor hegemônico no contexto das relações de poder entre as gerações no OP de Porto Alegre, os dados possibilitam a aceitação da hipótese de que a dominação gerontocrática é expressa na distribuição das posições de poder com base em critérios etários. Mesmo que a grande maioria (94,8%) considere importante (55,3%) ou extremamente necessária (39,5%) a participação de jovens e, ainda assim, 73% avalie como muito pouca (48,6%) ou pouca (24,3%) a quantidade de jovens participantes no OP; contraditoriamente, caso duas pessoas estivessem concorrendo ao COP e apresentassem opiniões aparentemente iguais, 37,5% afirma que votaria na pessoa mais velha, percentual quase três vezes maior do que o de quem optaria pela mais nova (13,9%). Portanto, levando-se em conta os dados indicativos de que jovens estão fortemente associadas/os ao futuro, a um período de aprendizado etc., o posicionamento em favor da pessoa mais velha em uma disputa para representação no COP indica a possibilidade de que a pretendida participação de jovens no OP tenha como objetivo a sua condição de aprendiz dos

⁵¹ A partir destes dados e análises, abre-se a possibilidade de estudos comparativos com outros espaços sociais no sentido de testar a hipótese de que o adultocentrismo constitui-se como valor hegemônico mais expressivo no OP de Porto Alegre do que possivelmente em espaços hegemonzados por outras categorias.

⁵² Apêndice B

ensinamentos de pessoas mais velhas, estas, sim, aptas a atuar em instâncias com maiores poderes de decisão.

Consequentemente, confirmando os dados secundários disponíveis (Fedozzi, 2007), constatou-se a preponderância de pessoas com 50 anos ou mais (somam 55% do total). Além disto, foi confirmada a expressiva assimetria nas condições de acesso às instâncias dotadas de maior grau representativo e poder de decisão: participantes com mais de 50 anos correspondem a 47,7% do total de delegados/as, entretanto, este percentual é ampliado para 64,7% entre conselheiras/os. Na amostra, não foi identificada nenhuma pessoa com idade inferior a 33 anos eleita como conselheira.

A investigação empírica possibilita a aceitação da hipótese de que o desenho institucional, os procedimentos definidos para tomada de decisões no âmbito do ciclo do OP e as regras que orientam a composição das instâncias representativas contribuem para a legitimação e a reprodução da gerontocracia. Isso porque reduzem as possibilidades de atos e discussões públicas nas assembléias, favorecem a agregação de interesse através do critério da maioria, restringem a pluralidade representativa e garantem a possibilidade de permanência de representantes por tempo indeterminado. Tais aspectos constituem-se como entraves à participação de posições marginalizadas da cultura política hegemônica, como as pessoas entendidas como jovens. Contribuem também para a impossibilidade de que seja aprofundada a democracia no OP de Porto Alegre, bem como para que este não possa ser identificado como esfera pública baseada nos princípios da democracia deliberativa.

Portanto, o adultocentrismo constitui-se como terreno ideológico de produção, legitimação e reprodução da dominação gerontocrática, tendo na ideia de experiência o principal capital simbólico orientador das estratégias de poder. A ideia de experiência tanto desestimula pessoas entendidas e que se entendem como jovens, quanto justifica posições privilegiadas nas hierarquias de poder, mesmo entre agentes na mesma faixa etária. Portanto, cumpre dupla função, ambas imbricadas na legitimação e reprodução de exercícios de dominação. É, portanto, uma das principais estratégias de ascensão política verificada no OP de Porto Alegre. Para Bourdieu (2004, p. 94),

todos os grupos empregam estratégias específicas para se produzir e se reproduzir, isto é, para criar e perpetuar sua unidade, logo, sua existência enquanto grupos, o que é quase sempre, e em todas as sociedades, a condição da perpetuação de sua posição no espaço social.

Finalmente, conclui-se que os dados não possibilitam a afirmação de que as configurações de poder entre as gerações no OP de Porto Alegre, marcadas pelo

adultocentrismo, determinam por si só a baixa participação de pessoas com até 24 anos nas principais instâncias de decisão. As condições sociais destas pessoas, bem como os valores e as práticas hegemônicas da sociedade como um todo (a sociedade global) certamente atravessam o OP. Mas a pesquisa identificou, sim, a reprodução do adultocentrismo na dinâmica dos/das participantes pesquisados/as. Isto é, não há indícios, pelos dados produzidos, que possam apontar algum tipo de resistência ou transformação sobre este tipo de relações geracionais dominantes na prática da democracia participativa representada pelo OP.

Consequentemente, os dados apontam a possibilidade de avanço no sentido da formulação de outros problemas de pesquisa: ter experiência é, de alguma forma, se adequar à cultura hegemônica (adultocêntrica)? Quais são os capitais simbólicos que agentes entendidos como jovens lançam mão para disputar posições e ascender nas hierárquicas instâncias de participação? Adaptam-se aos valores hegemônicos do adultocentrismo e buscam conservá-los diante de resistências provenientes de agentes tidos como jovens? Subvertem capitais adultocêntricos em detrimento da reprodução de quais outros capitais? Assim, a construção social das classificações simbólicas ancoradas em critérios etários, geracionais e/ou em estágios da vida poderia ser, por outro ponto de vista e com base em outros dados, questionada como definidora de modos similares e opostos de ser, pensar e agir no mundo.

Por fim, cabe destacar que a análise crítica acerca das relações de poder exercidas nas dinâmicas do Orçamento Participativo de Porto Alegre não foi aqui realizada no sentido de deslegitimar esta importante inovação institucional participativa. Segundo Silva (2004, p.5),

uma teoria crítica da democracia visa (...) analisar o funcionamento dos regimes democráticos tendo em conta as distorções (...), e promover a reflexão sobre soluções de tipo participativo, como seja a demopédia ('educação para a cidadania')

Trata-se, portanto, de um exercício reflexivo no sentido de apresentar indicadores que possibilitem a construção de estratégias com fins a superar estas desigualdades e, assim, aprofundar a democracia, promover a cidadania, qualificar e ampliar a participação popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Editora Página Aberta, 1994.

ABRAMO, Helena. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº5/6. São Paulo: 1997

ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005

ARIÈS, Philippe. *História social da família e da criança*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

BAQUERO, Rute e BAQUERO, Marcello. *Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses*. In: *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 2º Sem 2007

BAQUERO, Marcello. *A Pesquisa Quantitativa nas Ciências Sociais: uma introdução*. Porto Alegre: Editora Escritos / UFRGS, 2008.

BORGES, Juliano Luis. *Escola e disciplina: uma abordagem foucaultiana*. In: *Revista Urutágua*, nº 05 – dez/jan/fev/mar. http://www.urutagua.uem.br/005/05edu_borges.pdf. 2004

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das Trocas Lingüísticas*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo: Ática. 1983b

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2007.

BRASIL. Lei n.11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria a Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n.10.683, de 28 de maio de 2003, e n.10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estatuto do idoso. Lei n. 10741 de 1 de outubro de 2003. Brasília. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 novembro 2010.

DEBERT, Guita Grin. *A cultura adulta e juventude como valor*. Texto apresentado no ST13: “Imagens da Modernidade: mídia, consumo e relações de poder”. Anpocs, Caxambu, 2004

DICK, Hilário. *Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história*. São Paulo: Loyola, 2003.

EISENSTADT, S.N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

EMMANUELLI, Michèle. *A clínica da adolescência*. In CARDOSO, Marta Resende e MARTY, François (orgs). *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008

FEDOZZI, Luciano. *Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação*. In Fleury, Sonia e Lenaura Lobato (organizadoras). *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

FEDOZZI, Luciano. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados: perfil social e associativismo, avaliação e expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo*. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre:Tomo Editorial/Rio de Janeiro:Observatório de Políticas Urbanas de Gestão Municipal.IPPUR/FASE. 1997.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1972.

GROPPO, Luis Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GRÜNER, Eduardo. *Leituras culpadas. Marx(ismos) e a práxis dos conhecimentos*. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 2000 – Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, Marialice Mencarini (org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

MISCHE, Ann. *De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política*. In: Revista Brasileira de Educação, nº5/6. São Paulo: 1997

PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude: alguns contributos*. Análise Sociológica, v. 25, 1990

PASINI, Elisiane e PONTES, João Paulo. *Jovens Multiplicadoras de Cidadania construindo outra história!*. Porto Alegre: Themis, 2007

ROSEMBERG, F. *Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9. n. 2, p. 515-540,dez. 2001.

ROSEMBERG, F. *Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio*. Campinas: Pro-Posições, v. 7, n. 3, 1997.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade: Porto Alegre, 16, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SILVA, Filipe C. *Democracia deliberativa: avaliando os seus limites*. II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política. Fundação Gulbenkian, 2004 (mimeo)

SPOSITO, M. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. . In: Revista Brasileira de Educação, nº13. São Paulo: 2000.

TASSINARI, Antonella. *Concepções indígenas de infância no Brasil*. In. Tellus, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. Campo Grande: 2007

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
Trabalho de Conclusão de Curso
Estudante: João Paulo Pontes e Silva
Orientador: Prof. Dr. Luciano Fedozzi
Porto Alegre, 2010/2

- Esta pesquisa tem por objetivo a produção de conhecimentos sociológicos sobre o perfil e as opiniões dos e das participantes do Orçamento Participativo de Porto Alegre – não pretende analisar aspectos políticos e institucionais do processo;
- Pedimos para não escrever o nome: as informações apresentadas aqui são sigilosas, e serão utilizadas apenas estatisticamente;
- Fique à vontade para responder, assim como para não responder (inclusive pulando uma ou mais): não analisaremos os processos e as opiniões pessoais em termos de valores como certo ou errado, melhor ou pior.

1. Idade: _____ anos

2. Sexo: 1.() mulher 2.() homem

3. Como tu te consideras em relação à cor/raça/etnia?

- 1.() branca/o 2.() preto/a 3.() pardo/a 4.() amarelo/oriental
5.() indígena 6.() não sei 7.() outra / qual? _____

4. Qual é a tua relação com instituições de educação formal?

- 1.() não sei ler e escrever 2.() sei ler e escrever, mas não freqüentei escolas
3.() estudei até a 4ª série 4.() concluí o Ensino Fundamental
5.() freqüentei Ensino Médio, mas não o completei 6.() completei o Ensino Médio
7.() freqüentei Nível Superior, mas não o completei 8.() tenho Nível Superior completo ou mais

5. Tu estás estudando? 1.() sim 2.() não

6. Qual é a renda mensal da tua família? (somar todos os rendimentos mensais da casa)

- 1.() menos de 1 salário mínimo 2.() de 1 a 3 salários mínimos
3.() de 3 a 5 salários mínimos 4.() de 5 a 10 salários mínimos
5.() de 10 a 15 salários mínimos 6.() mais de 15 salários mínimos

7. Com quem tu moras atualmente? (pode ser mais de uma resposta)

- 1.() moro sozinha/o 2.() com amigo(s) e/ou amiga(s) 3.() com filha(s) e/ou filho(s)
4.() com companheiro ou companheira 5.() mãe/pai ou adultos mais velhos como responsáveis

8. Com quantas pessoas tu moras atualmente? _____

9. Qual é a tua relação com o mercado de trabalho?

- 1.() não estou trabalhando e não pretendo trabalhar em breve
2.() não estou trabalhando, mas estou procurando
3.() trabalho formal / com carteira assinada (fixo)
4.() trabalho informal / sem carteira assinada, mas fixo
5.() trabalho temporário (sem carteira assinada) 6.() estagiário/a ou bolsista
7.() profissional autônoma/o 8.() funcionário/a público/a ou militar
9.() aposentado/a ou pensionista

10. Quantas horas tu trabalhas por semana? (se não trabalhas, pule para próxima)

- 1.() até 10h semanais 2.() de 10h à 20h semanais 3.() de 20h à 30h semanais
4.() de 30h à 40h semanais 5.() mais de 40h semanais

11. Qual é a tua renda mensal? (sem considerar outros rendimentos da casa)		
1. () menos de 1 salário mínimo	2. () de 1 a 3 salários mínimos	
3. () de 3 a 5 salários mínimos	4. () de 5 a 10 salários mínimos	
5. () de 10 a 15 salários mínimos	6. () mais de 15 salários mínimos	
12. Atualmente, tu dependes financeiramente de alguém?		
1. () sim De quem? (tipo de relação. Ex: pai, mãe, companheira etc.) _____		
2. () não		
13. Atualmente, alguém depende financeiramente de ti?		
1. () sim		2. () não
14. Tu tens filha(s) e/ou filho(s)?		
1. () sim		2. () não
15. Qual é a tua relação com religiões?		
1. () não tenho religião	2. () Católica Apostólica Romana	3. () Evangélicas de missão
4. () Evangélicas de origem pentecostal		5. () Espírita
6. () Religiões de Matriz Africana	7. () outra religião / qual? _____	
16. Tu participas a quanto tempo do OP? (em anos)		
1. () 1 ano	2. () 2 anos	3. () 3 anos
4. () 4 anos		
5. () entre 5 e 7 anos	6. () entre 8 e 10 anos	7. () mais de 10 anos
8. () este é o meu primeiro ano		
17. No OP deste ano, tu estás participando na condição de:		
1. () conselheira/o		2. () delegado/a
a. () titular	b. () suplente	
18. Mais alguém da tua família participa do OP e/ou de alguma organização social (como associação de moradores, clube de mães, ONG, partido político etc.)?		
1. () sim Que tipo de parentesco (Ex: pai, mãe, companheira etc.)? _____		
2. () não		
19. Tu estás participando do OP por quê? (assinale até duas alternativas)		
1. () acho importante participar de processos democráticos		
2. () tenho bastante experiência		
3. () estou fazendo um favor para a organização/comunidade que represento (ou para outra pessoa)		
4. () represento demandas importantes		
5. () outro motivo / qual? _____		
20. Que tipo de organização tu estás representando este ano no OP?		
1. () associação de moradores	2. () clube de mães	3. () ONG
4. () grupo cultural	5. () escola	6. () grupo esportivo
7. () grupo religioso	8. () partido político	9. () outro / qual? _____
21. Além desta organização, tu participas de outra(s)? Se sim, qual(uais)? (pode ser mais de uma resposta)		
1. () associação de moradores	2. () clube de mães	3. () ONG
4. () grupo cultural	5. () escola	6. () grupo esportivo
7. () grupo religioso	8. () partido político	9. () outro / qual? _____
22. Na tua opinião, quais são as condições indispensáveis para alguém ser conselheira ou conselheiro do OP? (assinale até duas alternativas)		
1. () conhecer as necessidades da sua região/temática/cidade		
2. () viver há vários anos na região/temática/cidade		3. () ter bastante experiência no OP
4. () ter demandas importantes		
5. () outra / qual? _____		
23. Quando as demandas que tu representas foram definidas, tu participaste da discussão, dando opiniões?		
1. () sim		2. () não
3. () em parte		

24. Tu já foste conselheiro ou conselheira em outro ano?	1. () sim	2. () não
25. Tu <u>desejas</u> ser conselheiro ou conselheira em algum momento?	1. () sim	Daqui a quanto tempo? (em anos) _____
	2. () não	Por que? _____ 3. () talvez
26. Independentemente de querer ou poder ser, tu acreditas que <u>terias condições</u> para ser conselheiro ou conselheira <u>no ano que vem</u> ?	1. () sim	2. () não
	Por que? _____ 3. () talvez	
27. Como tu te sentes em relação às coisas que as pessoas falam nas reuniões do OP (como termos técnicos etc.)?	1. () tenho dificuldade de entender muitas coisas	2. () entendo mais ou menos
	3. () entendo razoavelmente bem	4. () entendo tudo o que é dito
28. Na tua opinião, no geral, as <u>reuniões</u> do OP são:	1. () chatas	2. () legais
	3. () nem chatas, nem legais	
29. Na tua opinião, as <u>reuniões do Conselho do Orçamento Participativo</u> (mesmo que tu nunca tenhas participado) são (ou tu imaginas que sejam):	1. () chatas	2. () legais
	3. () nem chatas, nem legais	
30. Na tua opinião, as pessoas <u>idosas</u> devem ser <u>respeitadas</u> por quê? (assinale <u>até duas</u> alternativas)	1. () um dia eu também serei uma pessoa idosa	
	2. () as pessoas idosas sabem mais sobre as coisas	
	3. () as pessoas idosas são o nosso passado	
	4. () outra resposta qual? _____	
31. Tu consideras que as tuas opiniões estão ficando <u>melhores</u> com o passar dos anos?	1. () sim	2. () não
	3. () talvez	
32. Tu acreditas que quanto mais velhas as pessoas ficam, mais <u>qualificadas</u> se tornam para influenciar na sociedade?	1. () sim	2. () não
	3. () talvez	
33. Na tua opinião, ser jovem <u>significa</u> : (assinale <u>até quatro</u> alternativas)	1. () ter menos responsabilidade do que as pessoas mais velhas	
	2. () ter mais disposição para novidades	
	3. () andar com outras pessoas jovens	
	4. () usar roupas e gírias "descoladas"	
	5. () ser rebelde	
	6. () ter necessariamente que estudar	
	7. () ter necessariamente que trabalhar	
	8. () ser o futuro da sociedade	
	9. () ser a renovação necessária da sociedade	
	10. () uma fase de aprendizagem e preparação para os compromissos da vida adulta	
	11. () ter uma determinada idade (exemplo: mais de 15 e menos de 30 anos)	
	12. () não importa a idade para ser jovem: uma pessoa com 70 anos pode ser jovem	
	13. () acreditar mais nas coisas	
	14. () um momento de crises	
	15. () um momento de descobertas	
	16. () um momento de ingenuidade	
	14. () outra resposta qual? _____	
34. Na tua opinião, qual(uais) <u>motivo(s)</u> leva(m) <u>jovens</u> a cometer <u>erros</u> ? (assinale <u>até duas</u> alternativas)	1. () demoram para aprender importantes lições que só o tempo nos traz	
	2. () são muito incoerentes, irresponsáveis	
	3. () não escutam as pessoas mais velhas	
	4. () outra resposta. Qual? _____	
35. Se aparentemente duas pessoas tivessem opiniões muito parecidas e concorressem ao Conselho do OP, em qual delas tu votaria? (<u>uma única resposta</u>)	1. () na pessoa mais velha	
	2. () na pessoa mais nova	
	3. () outra resposta. Qual? _____	

<p>36. Como tu avalias a importância da participação de jovens no OP?</p> <p>1. () deveriam ser proibidos/as 2. () não é importante 3. () é mais ou menos importante 4. () é importante 5. () é extremamente necessária</p>
<p>37. Qual a tua avaliação sobre a quantidade de jovens participando do OP hoje?</p> <p>1. () muito pouca 2. () pouca 3. () regular 4. () satisfatória a quantidade 5. () bastante 6. () jovens demais</p>
<p>38. Na tua opinião, os jovens e as jovens que estão participando contigo no OP, hoje, têm sua atuação voltada principalmente para: (uma única resposta)</p> <p>1. () os seus interesses particulares e/ou corporativos 2. () as demandas apenas de jovens 3. () as demandas de sua organização/comunidade 4. () as demandas gerais da temática/região/cidade 5. () apenas participam a pedido/ordem de outras pessoas, sem ter interesse próprio pelo OP 6. () outra resposta. Qual? _____</p>
<p>39. Tu achas que jovens podem usar suas gírias em reuniões do OP, mesmo que não ofendam ninguém?</p> <p>1. () sim 2. () não 3. () talvez</p>
<p>40. Como tu avalias a atuação dos e das jovens que participam hoje do OP?</p> <p>1. () é ruim, desqualificada 2. () é regular 3. () é satisfatória 4. () é muito boa</p>
<p>41. Tu achas que as reuniões do OP são atrativas para jovens? 1. () sim 2. () não 3. () em parte</p>
<p>42. A organização/comunidade que tu estás representando é composta principalmente por jovens (como grêmio estudantil, grupo cultural, de jovens de sindicato, partido político, igreja etc.)?</p> <p>1. () sim 2. () não</p>
<p>43. A organização que tu representas no OP conta com a participação de jovens? 1. () sim 2. () não</p>
<p>44. Como tu avalias a participação desta(s) pessoa(s) jovem(ns) que faz(em) parte da organização/comunidade que tu representas no OP?</p> <p>1. () é ruim, desqualificada 2. () é regular 3. () é satisfatória 4. () é muito boa</p>
<p>45. Em geral, em quais espaços estas pessoas jovens participam da organização/comunidade que tu representas no OP? (uma única resposta)</p> <p>1. () participam principalmente de reuniões 2. () participam principalmente em instâncias representativas (como direção, coordenação etc.) 3. () apenas participam de eventos, como festas</p>
<p>46. Em relação às decisões tomadas pela organização/comunidade que tu representas no OP, em geral, as pessoas jovens: (uma única resposta)</p> <p>1. () participam das decisões 2. () são consultadas em relação às decisões 3. () são informadas das decisões 4. () não se interessam pelas decisões</p>
<p>47. Como tu te consideras? (uma única resposta)</p> <p>1. () criança 2. () adolescente 3. () jovem 4. () adulto/adulta 5. () idoso/idoso 6. () nenhuma das alternativas 7. () outro: _____</p>
<p>48. Na sua opinião, qual destas pessoas é mais jovem?</p> <p>1. () um grande gerente de uma das mais importantes e conservadoras multinacionais (tem 20 anos) 2. () um motoqueiro barbudo, que viaja há anos pelas estradas, em busca de festas (tem 50 anos) 3. () nenhum dos dois 4. () não sei 5. () depende de: _____</p>

MUITO OBRIGADO!!!

APÊNDICE B

**Teste de Chi-quadrado (Pearson Chi-square):
Participantes por faixa etária por tempo de participação no OP (%):**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	45,167 ^a	20	0,001
Likelihood Ratio	43,728	20	0,002
Linear-by-Linear Association	19,67	1	0
N of Valid Cases	78		

a. 27 cells (90,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,32.
Fonte: elaborado pelo autor. Programa SPSS.

APÊNDICE C

**Teste de Chi-quadrado (Pearson Chi-square):
Participantes por instância por faixa etária (%):**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,607 ^a	5	,087
Likelihood Ratio	11,659	5	,040
Linear-by-Linear Association	9,944	1	,008
N of Valid Cases	78		

a. 5 cells (41,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,18.
Fonte: elaborado pelo autor. Programa SPSS.

APÊNDICE D

**Teste de Chi-quadrado (Pearson Chi-square):
Participantes por instância por tempo de participação (%)**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	15,799 ^a	4	,003
Likelihood Ratio	18,974	4	,001
Linear-by-Linear Association	15,211	1	,000
N of Valid Cases	79		

a. 4 cells (40,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,22.

Fonte: elaborado pelo autor. Programa SPSS.